

ANA BEATRYCE TEDESCO MORAES

TRABALHO, VIDA E MORTE NO SETOR DE ROCHAS
ORNAMENTAIS: ANÁLISE PSICOSSOCIAL DO ACIDENTE DE
TRABALHO FATAL PARA A FAMÍLIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Barbosa Moulin.

UFES

Vitória, Julho de 2011.

ANA BEATRYCE TEDESCO MORAES

**TRABALHO, VIDA E MORTE NO SETOR DE ROCHAS ORNAMENTAIS:
ANÁLISE PSICOSSOCIAL DO ACIDENTE DE TRABALHO FATAL PARA A
FAMÍLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Barbosa Moulin.

Aprovada em _____ de _____ de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Barbosa Moulin
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Luziane Zacché Avellar
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Silvia Rodrigues Jardim
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aos trabalhadores do setor de rochas, que permanecem vivos na memória de seus familiares.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Maria das Graças Barbosa Moulin, por ter me ajudado a desvelar um novo universo sobre o mundo do trabalho e por ter, generosamente, compartilhado sua experiência e seu conhecimento para que isso fosse possível.

Aos professores do mestrado, em especial às professoras Luziane Zacché Avellar e Edinete Maria Rosa, que participaram da qualificação e contribuíram para o resultado deste trabalho.

Às alunas de Graduação em Psicologia Laize Dalla Bernardina Monteiro e Martha Helena Raizen, que participaram do projeto de iniciação científica e acompanharam o desenvolvimento da pesquisa de campo.

À amiga Fabrícia, colega de mestrado, companheira nos estudos e nas reflexões. A Tatiana Finamore que contribuiu para meu desenvolvimento e crescimento profissional. Aos colegas de trabalho, pelo apoio.

A Hebert pelo apoio e compreensão, por estar ao meu lado nos momentos difíceis e nos de conquista. Aos meus pais e irmãs, que se orgulham da minha profissão e fazem da minha alegria a alegria deles também.

Meu profundo agradecimento a todas as famílias que abriram as portas de suas casas para participar desta pesquisa, sem as quais este trabalho não teria sido possível.

“Trabalha como se tudo dependesse de ti e confia, como se tudo dependesse de Deus”.

Jerônimo Monteiro

RESUMO

O trabalho é considerado uma prática transformadora da realidade que possibilita a sobrevivência material e simbólica, que interfere na subjetividade, no processo saúde-doença e na vida familiar dos trabalhadores. As pesquisas sobre condições psicossociais relacionadas com o acidente de trabalho fatal ainda são incipientes, e os efeitos desses acidentes para as famílias das vítimas têm ainda menor visibilidade, de forma que o objetivo do presente estudo foi analisar os efeitos psicossociais dos acidentes de trabalho fatais para as famílias, ocorridos em 2008, no setor de mármore e granito, no Estado do Espírito Santo. Esta pesquisa, de cunho exploratório, utilizou a entrevista semiestruturada e as notas de campo como instrumentos de coleta de dados. Participaram da pesquisa, oito famílias, cujo levantamento teve como referência a Comunicação de Acidente de Trabalho. A análise dos dados seguiu o Método de Interpretação de Sentidos. Os resultados indicaram que o acidente de trabalho fatal traz diversas implicações para os filhos, esposas e para os demais membros da família da vítima, como agravos à saúde, mudanças de comportamento e dificuldade em lidar com a ruptura dos planos. As formas de enfrentar a morte indicaram que a superação da perda foi viabilizada principalmente por familiares, amigos e religião, mas outros elementos, como trabalho, estudo e psicoterapia, também foram evidenciados. Em se tratando dos aspectos relacionados com o suporte social, a maioria das empresas cumpriu suas obrigações legais com presteza, e o SINDIMÁRMORE esteve presente como suporte das famílias que não tiveram tais direitos atendidos. O Poder Público foi evidenciado no que tange aos benefícios concedidos às famílias vítimas de acidente de trabalho, mas se mostrou ausente nas ações de transformação da organização do trabalho para prevenção de acidentes. As famílias entrevistadas convivem com os riscos presentes no setor de rochas como parte do trabalho e vivenciam a morte neste contexto com resignação. A visão sobre o acidente de trabalho se mostrou intimamente associada às características da atividade no setor de rochas como: condições de trabalho desfavoráveis à segurança, proximidade entre relações pessoais e profissionais, naturalização dos

riscos e falta de informação sobre os acidentes – constatada não apenas por parte das famílias, mas também pelos órgãos públicos – o que alerta para a urgência de que a análise dos acidentes se torne relevante e promova mudanças necessárias para que eles não se perpetuem.

ABSTRACT

The work is considered a changing practice of the reality that makes possible the material and symbolic survival that interferes in the subjectivity, in the health-illness process and in the life of workers. The researches about psychosocial conditions related to the fatal work accident are still incipient, and the effects of such accidents for the victim families have even less visibility, in a way that the goal of the current study was to analyze the psychosocial effects of the fatal work accidents for the families, in 2008, in the areas of marble and granite in the State of Espírito Santo. This research, considered exploratory, used a semi structured interview and the field notes as instruments of data collection. Eight families participated in the research, which survey used as reference the Communication of Work Accident. Data analysis followed the Method of Interpretation of Senses. The results indicated that fatal work accident brings several implications for the children, wives and for the other victim's family members, causing damages to health, behavior changes and difficulty in dealing with the rupture of plans. The ways to face death indicated that overcoming the loss was made available mainly by family members, friends and religion, however other elements, such as work, study and psychotherapy, also stood out. Regarding the aspects related to social assistance, most of the companies followed all the legal obligations properly, and the SINDIMÁRMORE was presented as support for the families that did not have such rights complied. The government was in evidence concerning the benefits given to the victims' families of fatal work accidents, on the other hand the government lacked regarding the actions of changing the work organization to prevent accidents. The families that participated in the interviews live with the risk existent in the sector of rocks as part of the work and experience death in that context with resignation. The view about work accident is intimately associated to the features of the activity in the sector of rocks, like: work conditions not favorable to safety, proximity between personal and professional relations, naturalization of risks and lack of information about the accidents – found not only by the family but by the public bodies as well – what is an alert for the urgency that the analysis of

accidents becomes relevant and promotes necessary changes in order to avoid them to perpetuate.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 PSICOLOGIA E TRABALHO	13
1.1 O TRABALHO COMO VALOR SOCIAL	14
2 A SAÚDE E O MUNDO DO TRABALHO: COMPREENDENDO O CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR	19
2.1 DA SAÚDE AOS ACIDENTES DE TRABALHO	21
3 TRABALHO NO SETOR DE ROCHAS ORNAMENTAIS NO ESPÍRITO SANTO: PRODUÇÃO DE VIDA E MORTE	26
3.1 ENTENDENDO A VIDA A PARTIR DA MORTE	30
4 OBJETIVO	34
4.1 OBJETIVO GERAL	34
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	34
5 METODOLOGIA	35
5.1 INSTRUMENTOS	36
5.2 PROCEDIMENTOS	37
5.3 PARTICIPANTES	38
5.4 ASPECTOS ÉTICOS	39
5.5 ANÁLISE DOS DADOS	40
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
6.1 CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE MÁRMORE E GRANITO	43
6.1.1 Características do trabalho	43
6.1.2 Visão das famílias sobre o acidente fatal	55
6.2 EFEITOS PSICOSSOCIAIS DO ACIDENTE DE TRABALHO	58
6.2.1 Quando a família recebe a notícia	59
6.2.2 A repercussão para os filhos	62
6.2.3 As rupturas vivenciadas pelas esposas	65
6.2.4 Os efeitos para a família extensa	67
6.2.5 Suporte social	68
6.2.6 As formas de superação	72
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
8 REFERÊNCIAS	84
APÊNDICES	88
APÊNDICE A – Roteiro de questões norteadoras	89
APÊNDICE B – Documento de parceria firmada com o SINDIMÁRMORE ...	90
APÊNDICE C – Informações sobre as entrevistas	91
APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido	92

APRESENTAÇÃO

Minha inquietação quanto à ocorrência de acidentes teve início durante o Curso de Psicologia, a partir da minha inserção no Núcleo de Pesquisa em Análise do Comportamento e Práticas Culturais, onde participei de estudos relacionados com o programa de pesquisa “Cidadão em Trânsito”. Esses estudos possibilitaram o desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: “Incidência e prevalência de acidentes automobilísticos em Governador Valadares e em outros municípios: aspectos comportamentais relacionados a partir de análise documental de registros do Corpo de Bombeiros”.

O interesse pela pesquisa sobre acidentes, despertado na graduação, continuou após meu ingresso no mercado de trabalho, principalmente quando atuei na área de saúde e segurança de uma empresa siderúrgica, direcionada para a redução de acidentes de trabalho, sob a perspectiva da psicologia organizacional. Os recursos utilizados nesse contexto envolviam treinamentos, seleção e aplicação de testes que, na prática, se mostravam limitados diante da complexidade das situações que se apresentavam. Por esse motivo, percebia que a pesquisa era fundamental para analisar os acidentes de trabalho de forma mais aprofundada.

Essa trajetória conduziu ao meu ingresso no Mestrado em Psicologia Social, na linha de pesquisa “Trabalho e Saúde no Processo de Trabalho de Extração e Beneficiamento do Mármore”, mais especificamente no projeto “De frente para o acidente: análise de acidentes de trabalho fatais ocorridos no setor de rochas ornamentais em 2008”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Barbosa

Moulin. Seu objetivo era dar visibilidade a aspectos psicossociais e organizacionais associados aos acidentes fatais ocorridos no ano de 2008. A partir desse projeto, duas pesquisas foram realizadas concomitantemente: o projeto de iniciação científica “Levantamento de acidentes de trabalho fatais ocorridos em 2008 no setor de rochas ornamentais no Estado do Espírito Santo” e meu projeto de dissertação, fruto do interesse em conhecer especificamente os efeitos do acidente de trabalho fatal para as famílias das vítimas.

A dissertação inicia-se com a discussão sobre “Psicologia do Trabalho e das Organizações” e “Saúde do Trabalhador”. Ainda na primeira sessão, são apresentados estudos que discorrem sobre valor social do trabalho, sobre as mudanças em sua configuração atual e suas repercussões no campo subjetivo e na esfera familiar. A construção histórica da saúde do trabalhador é descrita na segunda seção, na qual o acidente de trabalho é contextualizado como desafio para este campo de estudo. Na sessão seguinte, realizo uma caracterização do setor de rochas ornamentais no Espírito Santo e termino por discorrer sobre a morte sob a perspectiva da História e da Psicologia. A apresentação dos resultados e discussão é precedida pela indicação do objetivo e da metodologia que viabilizaram a realização da pesquisa.

1 PSICOLOGIA E TRABALHO

Em se tratando da investigação e da prática da psicologia relacionada com o trabalho, é possível constatar, de acordo com Sato (2003), duas perspectivas distintas: “Psicologia do Trabalho e das Organizações” e “Saúde do Trabalhador”. A primeira vertente está associada à concepção de Recursos Humanos a partir da qual a psicologia emergiu nas indústrias e se mantém hegemônica atualmente. Esta abordagem está inserida na lógica do capitalismo e ligada aos interesses gerenciais, desenvolvendo atividades voltadas para a manutenção da força de trabalho. A segunda vertente tem ênfase na compreensão das questões humanas na interface com o trabalho sob a perspectiva da saúde do trabalhador e da psicologia social, na qual

[...] importam os problemas sociais e humanos no trabalho, presentes nos espaços organizacionais e fora dele. Interessa compreender fenômenos como: identidade, processos de interação social, processos de percepção e de cognição social e subjetividade. Tais fenômenos são estudados entre trabalhadores e trabalhadoras dos segmentos populares, focalizados os momentos da produção e da reprodução (SATO, 2003, p. 169).

Levando em consideração os estudos realizados no Brasil no campo da psicologia, Sato (2003, p. 170) enfatiza que “A psicologia social convida-nos a olhar o trabalho e os aspectos organizativos a partir do ponto de vista dos trabalhadores [...]” e que, em vários deles, a “[...] temática da saúde emerge, ainda que indiretamente, pois mostram sensibilidade para os problemas de saúde do trabalhador [...]”.

Observa-se que essas duas formas de atuação da psicologia, no que diz respeito à temática do trabalho, não são contrapontos, mas são necessariamente distintas

quanto à leitura da realidade e objeto de investigação. A vertente da psicologia pautada na saúde do trabalhador e na psicologia social é um campo em construção e em expansão, dada a complexidade e a velocidade em que o mundo do trabalho vem se transformando, modificando o modo de os trabalhadores vivenciarem o trabalho, produzindo novas formas de ser e de estar no trabalho e fora dele.

1.1 O TRABALHO COMO VALOR SOCIAL

Em relação às concepções apresentadas por diversos autores sobre o trabalho como categoria central na sociedade, Nardi (2006) ressalta que essa não era uma realidade em outras civilizações, como na Grécia antiga, onde o principal valor social era concedido às artes da filosofia e da política. O trabalho era atividade para escravos, seres indignos, do ponto de vista social. De acordo com o autor, “A disseminação da Revolução Industrial e a criação dos estados nacionais no século XIX são os fatores que irão criar as condições de afirmação do trabalho como valor moral no conjunto da população trabalhadora” (p. 26). A partir desse contexto, o homem passa a ser o centro do universo, e o trabalho, instrumento por excelência de transformação da natureza.

Nesse sentido, o trabalho atualmente é considerado por muitos autores uma prática transformadora da realidade que possibilita a sobrevivência material e simbólica do ser humano, atuando como um forte componente na constituição da

identidade em nossa sociedade atual (DEJOURS et al., 2009; JARDIM, 2001; MOULIN, 1998, 2006, 2007; NARDI, 2006; SELIGMANN-SILVA, 1994).

Dejours e Abdoucheli (2009) afirmam que o trabalho pode beneficiar a identidade por se constituir em espaço de construção de sentido e funcionar como um mediador para a saúde, uma vez que favorece a estabilidade psíquica e somática do sujeito. Para os autores, “O trabalho revela-se, com efeito, como um mediador privilegiado, senão único entre inconsciente e campo social e entre ordem singular e ordem coletiva” (p. 143). O trabalho também é entendido por Jardim (2001, p. 142) como mediador de vinculação social, que

[...] no nível sociocultural garante subsistência (troca de tempo por dinheiro/salário) e a aquisição do próprio ‘status’ de ser trabalhador, o reconhecimento pelos pares e pelas figuras da hierarquia, pela comunidade e na sociedade. É a identidade social auferida pelo trabalho. O estatuto de trabalhador/profissional que ainda dignifica o homem.

O trabalho deve ser compreendido não apenas como forma de suprir as necessidades econômicas, mas como possibilidade de satisfação e reconhecimento social, elementos importantes na constituição da identidade. Embora o trabalho favoreça a identidade positiva e o sentimento de pertença, é importante destacar que também pode ser fonte de exploração, miséria e até morte (MOULIN, 2000/2001, 2006, 2007).

Em relação à configuração atual da classe trabalhadora, esta deve ser entendida, de acordo com Antunes e Alves (2004), a partir da ampliação da concepção de trabalho, que leve em consideração as transformações mundiais ocorridas em função da precarização do trabalho. Os autores denominam esta nova classe trabalhadora de “a-classe-que-vive-do-trabalho” (p. 342), composta por todos os que dependem da venda da sua força de trabalho, incluindo os improdutivos, o

proletariado rural e industrial e os desempregados – estando excluídos os gestores do capital.

Para compreender a configuração atual da classe trabalhadora, os autores apontam as principais tendências das diferentes formas que o trabalho assume. Há uma redução de empregos formais e estáveis e, em contrapartida, a expansão do trabalho precarizado em suas diversas modalidades, como a terceirização, subcontratação e trabalho *part-time*. Outras tendências referem-se ao aumento do trabalho feminino, à dificuldade de ingresso dos jovens no mercado de trabalho, bem como ao reingresso dos mais experientes. Observa-se o aumento do setor de serviços e do trabalho voluntário, que absorvem os trabalhadores desempregados. Há também a expansão do trabalho em espaço domiciliar, em função da flexibilização do trabalho e da desconcentração do processo produtivo. Os autores apontam ainda para a configuração do trabalho transnacional e informam que

Esse processo de mundialização produtiva desenvolve uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. Assim como o capital se transnacionalizou, há um complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho. Assim como o capital dispõe de seus organismos internacionais, a ação dos trabalhadores deve ser cada vez mais internacionalizada (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 341).

As transformações no mundo do trabalho, observadas nos processos de produção e na organização do trabalho, também são sentidas na vida pessoal e familiar. Seligmann-Silva (1994) aponta as repercussões psicossociais vivenciadas a partir da intensificação do trabalho, da desqualificação do trabalhador e da superexploração física e psicológica. Nesse contexto, o envolvimento subjetivo dos trabalhadores funciona como instrumento de controle,

em que os sentimentos são utilizados como técnica de fortalecimento da disciplina por meio da interiorização da ideologia da empresa, da estimulação da competitividade entre os trabalhadores e, principalmente, pelo medo de perder o emprego.

Em outro estudo, a autora aborda os agravos psíquicos do desemprego prolongado, cujos principais elementos são a instabilidade, a incerteza e a imprevisibilidade no mundo do trabalho. Essa insegurança econômica instaurada a partir da reestruturação produtiva é vivenciada também no plano da subjetividade como incerteza, que “[...] passa a permear a vida afetiva, dentro e fora do trabalho, assumindo importante papel na dinâmica em que se estabelecem alterações da sociabilidade e da saúde mental” (SELIGMANN-SILVA, 2001, p. 222).

Sennett (2006) mostra como tais consequências extrapolam a esfera individual e interferem nos relacionamentos privados e na educação dos filhos. O autor usa como exemplo o estilo de vida de uma pessoa conhecida, Rico, cujo pai fora entrevistado por ele anos antes. Rico vê sua vida sendo afetada pela flexibilidade exigida pelo mercado de trabalho: as regras e os ritmos do trabalho são transpostos para a área familiar, entrando em contradição com os valores pessoais. O autor estabelece um contraponto entre a geração de Rico e a de seu pai, na qual este levava uma vida previsível, “[...] em que a experiência se acumulava material e fisicamente; sua vida, assim, fazia sentido para ele, numa narrativa linear” (SENNETT, 2006, p.14). Já as experiências vividas por Rico são orientadas pelo curto prazo, que também se mostra presente na vida pessoal e familiar. Rico “[...] se preocupa com a frequente anarquia em que mergulha a

família, e com o abandono das crianças, cujas necessidades não podem ser programadas para encaixar-se nas necessidades de seu trabalho” (SENNETT, 2006, p. 20).

A interface entre família e trabalho é analisada por Selligman-Silva (1994, p. 195) como “[...] uma via de mão dupla: de um lado, há o fluxo em que a subjetividade desloca experiências familiares para o mundo do trabalho; de outro, a corrente que transporta para vida familiar determinações emanadas do trabalho”. Em relação à segunda interface, a estrutura temporal do trabalho influencia o convívio da família. Assim, “[...] quanto maior a jornada, menor será o tempo possível para o convívio familiar e quanto maior o cansaço, mais será afetada a **qualidade** do relacionamento do trabalhador com seus familiares” (SELLIGMAN-SILVA, 1994, p. 203, grifo do autor). A autora chama a atenção para o trabalho em turnos, pois esse regime provoca alterações no cotidiano doméstico, como os horários diferenciados para o descanso e trabalho, gerando falta de participação na vida familiar.

Entendendo o trabalho como fato social importante para a constituição da identidade dos trabalhadores e como atividade que interfere na subjetividade e na organização da vida familiar, passa-se a compreender como ele pode afetar os sujeitos do ponto de vista do processo saúde-doença.

2 A SAÚDE E O MUNDO DO TRABALHO: COMPREENDENDO O CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

A relação entre a saúde e o trabalho passou por muitas mudanças ocorridas historicamente. O processo de construção dos conceitos e práticas dessa relação foi descrito por Mendes e Dias (1991), que apontam as principais características da medicina do trabalho, da saúde ocupacional e da saúde do trabalhador.

A medicina do trabalho surgiu no interior das fábricas, no século XIX, com a Revolução Industrial, onde o papel do médico estava a serviço do empregador e do capital, cujas atividades estavam voltadas para manutenção da força de trabalho e do processo produtivo. Nesse contexto, os problemas relativos à saúde concentravam-se exclusivamente na figura do médico (MENDES; DIAS, 1991).

No período após a Segunda Guerra, a evolução da tecnologia industrial repercutiu novos processos e produtos, acompanhados da insatisfação dos empregados e empregadores quanto aos agravos à saúde. “Entre muitos outros desdobramentos deste processo, desvela-se a relativa impotência da medicina do trabalho para intervir sobre os problemas de saúde causados pelo processo de produção” (MENDES; DIAS, 1991, p. 191). A saúde ocupacional emergiu nesse cenário como tentativa de resposta a essas questões, enfatizando a higiene industrial e objetivando o controle dos riscos presentes no ambiente de trabalho.

A saúde ocupacional também se tornou um modelo insuficiente em frente a um cenário de movimento social nos países industrializados, nos anos 60, a partir da introdução de novas tecnologias de comunicação e informatização, que se

traduziram em outras formas de adoecimento associadas ao trabalho (sofrimento psíquico, LER/DORT, cânceres, problemas cardiovasculares). Conforme relatam Mendes e Dias (1991, p. 347), a saúde do trabalhador emerge como consequência dessas mudanças sociais e se configura como “[...] um campo em construção no espaço da *saúde pública*”, rompendo com a concepção hegemônica de causalidade entre doença e agente específico. Nessa perspectiva, o trabalhador é reconhecido como um sujeito histórico, dotado de subjetividade, criatividade e de conhecimento da atividade que pratica.

Atualmente, as práticas relacionadas com a saúde ocupacional não foram sobrepostas pelo campo da saúde do trabalhador e estão em vigor até hoje no interior das empresas. De acordo com Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997, p. 25), a saúde do trabalhador pode ser compreendida por

[...] um corpo de práticas teóricas interdisciplinares – técnicas, sociais, humanas – e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum. Essa perspectiva é resultante de todo um patrimônio acumulado no âmbito da Saúde Coletiva, com raízes no movimento da Medicina Social latino-americana e influenciado [sic] significativamente pela experiência italiana.

A medicina social latino-americana, ilustrada pelos estudos de Laurell e Noriega (1989), critica a concepção de saúde da medicina tradicional em relação à coletividade, em que a saúde é entendida como ausência de doença. Essa abordagem preconiza a historicidade dos processos biopsíquicos humanos e compreende a saúde como processo social e histórico. Nessa perspectiva, o processo de trabalho é entendido como fato social determinante no processo saúde-doença.

Considerando a saúde do trabalhador como campo de pesquisa e atuação, é importante levar em conta a inserção do psicólogo nessa área temática, pois “A Psicologia tem oferecido uma relevante contribuição para a compreensão da subjetividade do trabalhador, sobretudo no que concerne às vivências de sofrimento no trabalho e às patologias dele decorrentes” (CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2008, p. 23). Além da atuação deste profissional em diversos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), é importante destacar que

Independentemente do seu espaço de atuação, o psicólogo deve sempre colaborar com a saúde dos trabalhadores, ou seja, se na sua prática clínica não perder de vista a centralidade do trabalho na compreensão da subjetividade humana, essa dimensão será necessariamente levada em conta. Contudo, deve-se ressaltar que é na abordagem interdisciplinar que se pode dar conta da amplitude dos problemas de saúde relacionados ao trabalho (CREPOP, 2008, p. 31).

2.1 DA SAÚDE AOS ACIDENTES DE TRABALHO

A análise do acidente de trabalho¹ constitui-se um grande desafio ao campo da saúde do trabalhador, uma vez que sua prática tem sido pautada na medicina tradicional, em que o risco é entendido de forma monocausal, considerando somente as condições e os atos inseguros (LAURELL; NORIEGA, 1989). Em contraposição a esse modelo, Laurell e Noriega (1989, p. 110) propõem uma nova categoria para integrar os elementos presentes no trabalho, relacionada com o processo de saúde-doença, denominada “carga de trabalho”.

¹ De acordo com o Decreto-lei nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984, “Acidente do trabalho é aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que causa a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”.

Essa categoria permite entender como os elementos presentes no trabalho interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador, “[...] gerando aqueles processos de adaptação que se traduzem em desgaste, entendido como perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica”. Dentro dessa perspectiva, o acidente de trabalho é entendido a partir do processo de produção e não como resultado de condição insegura e do ato inseguro. É analisado como “[...] produto de uma combinação de cargas determinada pela lógica global do processo de trabalho” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 114).

A despeito dos avanços em estudos sobre acidentes de trabalho, uma das formas de análise de acidentes que ainda persistem nas empresas brasileiras está ligada a Teoria dos Dominós, elaborada por Heinrich, na década de 1930, cujos conceitos centrais se baseiam no ato inseguro e na condição insegura, concepção esta que, em última instância, responsabiliza o próprio trabalhador pelos acidentes. Esses argumentos se sustentam com respaldo no processo de naturalização dos riscos, como se eles fizessem parte do processo de trabalho e fossem naturais e inevitáveis (OLIVEIRA, 2007).

Freitas (2001) evidencia que o foco da análise do acidente deve ser modificado, pois, se o trabalhador for culpabilizado pelo acidente, suas causas não são sanadas, uma vez que estão relacionadas com o contexto social e organizacional. O autor aponta a necessidade de melhoria dos métodos de análise de acidentes, em que a realidade do trabalho deve ser revelada pela incorporação dos conhecimentos dos trabalhadores na investigação das suas causas subjacentes, já que os eventos finais que resultam em acidentes são frutos da acumulação de falhas organizacionais e gerenciais. O processo de culpabilização dos

trabalhadores, vítimas de acidentes pelas organizações, refere-se a uma tentativa de convencer que os riscos estão sob controle e manter a estabilidade das relações sociais de trabalho, conservando a estrutura de poder interno (FREITAS, 2001).

Ainda que a Teoria dos Dominós seja predominante na análise de acidentes de trabalho, Oliveira (2007) observou que existem nuances nos discursos dos trabalhadores de uma indústria metalúrgica, que indicam mudanças sutis quanto a essa concepção. O autor identificou confrontos, variações e rupturas nos discursos sobre os acidentes, mas evidenciou que, “Embora as condições inseguras compareçam ao seu discurso, o entrevistado atribui a causa dos acidentes à atitude dos trabalhadores em relação a essas condições” (p. 23).

De acordo com Moulin (2006), algumas famílias entrevistadas em seu estudo, após sofrerem a perda de um parente em decorrência de acidente fatal, começam a se questionar e a repensar a questão do risco inerente ao trabalho na indústria de rochas, uma vez que compreendem que, se os seus maridos ou filhos não estivessem trabalhando numa organização que produz acidentes, poderiam estar vivos. Tal fato configura-se como uma quebra muito tênue quanto à percepção do acidente, pois, embora a família comece a questionar o acidente, essa ponderação não necessariamente interfere na comunidade e nem interroga o trabalho na empresa.

A preocupação em aprofundar e problematizar a discussão sobre o acidente de trabalho mostra-se presente em diversos estudos (MACHADO; MINAYO-GOMEZ, 1994; LIMA et al., 1999; WALDVOGEL, 1999; WÜNSCH-FILHO, 1999; ALVES; OSÓRIO, 2005) que apontam para diferentes possibilidades de se analisar sua

ocorrência. Tais estudos não estão restritos à concepção de ato inseguro e condição insegura, mas contemplam diversos elementos ligados aos acidentes de trabalho.

Waldvogel (1999) realizou uma caracterização demográfica e epidemiológica dos acidentes de trabalho fatais, criando um banco de dados a partir de registros do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e de declaração de óbito. Uma constatação feita pela autora refere-se à diferença “[...] de risco de morte por acidente do trabalho observado para as duas parcelas da população trabalhadora: a coberta e a não coberta pelo INSS, sendo esta última detentora dos maiores riscos de acidentes fatais no exercício do trabalho” (p. 135).

O método de análise coletiva de acidentes de trabalho foi proposto por Osório et al., (2005) em um hospital público, ambiente onde existem riscos de acidentes de trabalho com perfurocortantes e exposição a fluidos biológicos. Além de ter como objetivo analisar a atividade de trabalho para prevenir acidentes, esse dispositivo constituiu-se, segundo os autores, numa ferramenta de formação do trabalhador e de promoção da saúde.

Lima et al. (1999) realizaram estudo do tipo de caso-controle, sobre os acidentes de trabalho típicos notificados ao INSS, em Pelotas, RS. Para cada trabalhador entrevistado, também participava da pesquisa um colega de trabalho e um vizinho, que foram os controles selecionados para a pesquisa. Os autores constataram que as principais variáveis preditoras de acidentes do trabalho foram a escolaridade e a renda familiar, uma vez que os acidentados apresentaram menor renda e escolaridade em relação aos colegas entrevistados. Também

verificaram que “[...] os trabalhadores com ocupações mais perigosas apresentam menor renda” dentro de uma mesma empresa (LIMA et al., 1999, p. 577).

A relação entre violência e processo de trabalho foi pesquisada por Machado e Minayo-Gomez (1994) a partir de registros da Previdência Social e dos atestados de óbito, utilizando também dados oficiais da Organização Internacional do Trabalho. De acordo com os autores, “Em aparente contraste com os dados internacionais, as estatísticas brasileiras mostram que os acidentes resultantes de atividades externas às empresas, em particular os de trânsito, são as maiores causas de morte no trabalho” (p. 86).

Wünsch-Filho (1999) analisou a incidência de acidentes de trabalho partir de registros do INSS e de resultados do Produto Interno Bruto (PIB), no período de 1970 a 1995. O estudo revelou que “[...] a incidência de acidentes de trabalho é sensível às flutuações cíclicas da economia e vincula-se, em particular, ao nível de atividade industrial” (p. 41). O autor ressalta que o estudo mostrou-se limitado em função de ter abordado a realidade dos trabalhadores com vínculo de trabalho formal. Desse modo, indica que a vigilância em saúde do trabalhador deve ter como foco o trabalho precário e o autônomo.

Levando-se em consideração o objetivo, a metodologia e o resultado das pesquisas mencionadas, observa-se a necessidade de analisar os acidentes de trabalho de diferentes formas, numa perspectiva que considere outros elementos envolvidos nesse processo além da condição insegura e o ato inseguro, possibilitando que as condições organizacionais e psicossociais presentes no trabalho sejam evidenciadas e tenham mais visibilidade.

3 TRABALHO NO SETOR DE ROCHAS ORNAMENTAIS NO ESPÍRITO SANTO: PRODUÇÃO DE VIDA E MORTE

Os estudos realizados no setor de mármore e granito por Baptistini (2009), Moulin (2006) e Nossa Junior (1998) evidenciam a importância dessa atividade para o Espírito Santo, no que se refere à geração de empregos e ao crescimento econômico, apontando para seu destaque nacional e internacional quanto à produção no setor de rochas. A economia, no sul do Estado do Espírito Santo, é marcada pelas atividades de extração e beneficiamento de mármore e granito. Segundo os dados da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim,² 40% das empresas de rochas do Espírito Santo estão nesse município, que também “[...] concentra 44% dos empregos gerados pela atividade minerária no Estado. São aproximadamente 11 mil postos de trabalho. A cidade tem o maior parque industrial de beneficiamento de rochas ornamentais do Estado”.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Extração e Beneficiamento do Mármore, Granito e Calcário do Espírito Santo (SINDIMÁRMORE),³ o setor é constituído por pequenas empresas, concentrando-se no norte do Estado as que se destinam ao processo de extração de rochas e no sul as que se dedicam ao beneficiamento. O sindicato iniciou suas atividades em 1990, e passou por um processo de formação e amadurecimento nos últimos anos. A partir de 2005, começou a ser mais enfático quanto ao cumprimento das normas regulamentadoras, observando-se mudanças visíveis nas empresas em

² Dados obtidos no *site* da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Disponível em: <www.cachoeiro.es.gov.br>. Acesso em 8 abr. 2011. Notícia publicada em 15-02-2011.

³ Dados obtidos em visita técnica à sede do SINDIMÁRMORE, em outubro de 2009.

função da sua atuação juntamente com outros órgãos competentes, que contribuíram para saúde, segurança e redução de acidentes. Mesmo diante das melhorias no setor e do aumento da fiscalização, os acidentes de trabalho continuam acontecendo. Em 2008, ocorreu o maior número de acidentes fatais dos últimos cinco anos, dos quais o sindicato tem informação de quinze, mas registro de apenas dez.

Se, por um lado, a indústria do mármore e granito oferece benefícios sociais e econômicos para o Estado do Espírito Santo, por outro, é um setor que gera doenças, acidentes multilantes e fatais, além de promover degradação ambiental (MOULIN, 2006).

Para apreender a complexidade que envolve essa atividade e suas consequências, é necessário levar em consideração os elementos referentes à cultura, à comunidade e à organização familiar no contexto pesquisado, bem como sua importância econômica, uma vez que a indústria do setor de rochas se constitui na atividade predominante em algumas localidades do Espírito Santo, a exemplo das regiões sul e norte do Estado citadas acima.

Os estudos realizados por Moulin (2006, 2007) na localidade de Itaoca, no sul do Espírito Santo, revelam que o trabalho na indústria de mármore e granito ordena toda a comunidade e mantém uma cultura valorativa que envolve o trabalho, a família, a comunidade e a religião. Ser trabalhador no setor de rochas se mostra importante para a manutenção dessa dinâmica social que dá sentido à população estudada e, contraditoriamente, traz agravos à saúde dos trabalhadores da população, sendo responsável por alto índice de acidentes mutilantes e fatais. A autora analisa que o sucesso da dinâmica familiar depende do papel masculino

como provedor e do papel feminino tradicional – de esposa e mãe de família – que, por sua vez, é possibilitado pelo trabalho do marido e vice-versa. Segundo a autora, em muitos casos

[...] a busca deste estatuto de empregado vinha acompanhada da decisão de casar-se, com a constituição de família e a chegada dos filhos. Com este novo *status* social, empregado e pai de família, o sujeito começa a construir a sua vida de homem honrado (MOULIN, 2006, p. 45-46).

Nesse sentido, o homem valorizado socialmente é aquele que é trabalhador, pai de família, que não desiste e nem esmorece em face aos perigos da atividade em que está inserido; são valores compartilhados socialmente. Por isso, muitas vezes, torna-se difícil para esses trabalhadores recusarem um trabalho perigoso, pois seria o mesmo que colocar em xeque todo esse arranjo simbólico estruturante da sua vida social (MOULIN, 2006, 2007).

A pesquisa de Baptistini (2009), realizada com os trabalhadores sindicalizados do setor de rochas, também em Itaoca, revela que 73,3% dos trabalhadores são casados ou vivem maritalmente com uma companheira, confirmando os dados encontrados por Moulin (2006), no que se refere ao trabalho como uma possibilidade de se constituir família, de forma que a inserção no trabalho e a constituição familiar se tornam elementos culturalmente desejáveis e valorizados pela comunidade.

Esse modelo de organização familiar estudado por Moulin (2006) se desestabiliza com a ocorrência de um acidente fatal, mas, “Passado o choque inicial causado pela notícia do acidente, as famílias vão se reconstruir simbólica, afetiva e materialmente, de acordo com as condições em que se encontravam no momento do acidente” (MOULIN, 2006, p. 115).

Embora a presente discussão esteja pautada no setor de mármore e granito, é importante ressaltar que o estudo de Mangas et al. (2008) também analisou as consequências sociais dos acidentes de trabalho fatais para os núcleos familiares na indústria da construção civil no Rio de Janeiro. Neste contexto, os autores observaram que as famílias contam com a ajuda de vizinhos e estranhos diante das adversidades e buscam apoio nas crenças religiosas. Notaram também o desamparo social vivenciado pelas famílias quanto aos direitos legais em função das relações de trabalho precárias, ocasionando dificuldades para suprirem suas necessidades básicas. No que se refere às implicações do acidente de trabalho fatal para as esposas das vítimas, os autores destacam que “O confronto com entraves de todas as ordens acaba abalando o estado emocional dessas viúvas, podendo transformar o sofrimento em adoecimento. O uso de medicamentos é freqüentemente mencionado” (MANGAS et al., 2008, p. 54). Esse estudo realizado por Mangas et al. (2008) na construção civil apresenta análise semelhante à realizada por Moulin (2006) quanto ao processo de naturalização da doença e da morte, em que a fatalidade é entendida como intrínseca ao processo de trabalho.

O acidente de trabalho implica perdas e mudanças significativas no andamento da organização familiar. Nesse sentido, é importante compreender a morte no que se refere ao seu processo histórico e à elaboração do luto para analisar os efeitos psicossociais de um acidente de trabalho.

3.1 ENTENDENDO A VIDA A PARTIR DA MORTE

O conceito de morte abordado por Torres (2002, p. 221) retrata sua complexidade e indica os aspectos mais estudados pelos pesquisadores sobre esse tema:

Embora se observe diferenças na forma como os diversos pesquisadores enfocam o conceito de morte, alguns estudiosos (Kane, 1979; Speece & Brent, 1984; Torres, 1979) assinalaram a importância de que o mesmo seja investigado não como um conceito único, mas como um conceito complexo, multidimensional, que envolve subconceitos, sendo a universalidade, a não-funcionalidade e a irreversibilidade os três componentes mais amplamente pesquisados.

Kovács (1992) aborda a morte como parte do desenvolvimento humano, vivenciada em várias etapas da vida como falta, perda, ausência e limite, aspectos que vão além da morte biológica. De acordo com a autora, as reações diante de uma perda são definidas como processo de luto e, durante seu período de elaboração, “[...] podem ocorrer distúrbios na alimentação ou no sono. Um grande número de enlutados apresenta quadros somáticos e doenças graves depois do luto, podendo se configurar uma depressão reativa ou até um quadro mais grave [...]” (KOVÁCS, 1992, p. 153).

Bowlby (1985), citado por Kovács (1992, p. 151), descreve quatro fases do luto:

1. Fase de choque que tem a duração de algumas horas ou semanas e pode vir acompanhada de manifestações de desespero ou de raiva;
2. Fase de desejo e busca da figura perdida, que pode durar também meses ou anos;
3. Fase de desorganização e desespero;
4. Fase de alguma organização.

O autor destaca que o processo de elaboração do luto depende de fatores relacionados com a causa e a circunstância da perda, com o investimento afetivo depositado no vínculo e com as características da personalidade da pessoa enlutada.

Aspectos ligados à cultura e ao momento histórico também interferem na forma de vivenciar uma perda, pois as atitudes diante da morte não se deram na mesma forma ao longo dos tempos. Àries (1989) descreve essas atitudes nos diferentes momentos históricos, mas lembra o caráter lento e pouco perceptível desse processo de mudança. Para o autor, “A morte domesticada” é caracterizada na primeira Idade Média, período em que as pessoas pressentiam a morte e havia grande valorização da preparação para esse momento, com rituais e organização para aguardar a morte. O autor destaca que a morte se apresentava como algo simples e familiar, ligada a uma concepção coletiva de destino. Nesse período, existia uma relação de proximidade entre os espaços de convivência e as sepulturas, estas, por sua vez, eram localizadas no interior da igreja, e os cadáveres eram alojados em locais comuns.

O fenômeno da utilização das sepulturas para conservar a identidade e memória do morto se estabelece a partir do século XII, quando o reconhecimento de um lugar individual, definitivo e personalizado para os mortos se associava à ideia de individualidade. Esse período, denominado por Àries (1989) como “A morte de si próprio”, não substitui a atitude anterior, mas introduz sutis modificações a partir de novas atitudes que representam particularidades de cada indivíduo, como a ideia de prestação de contas no Juízo Final e a personalização das sepulturas.

Nesse período

[...] fez-se uma aproximação entre três categorias de representações mentais: as da morte, as do conhecimento por cada um da sua própria biografia e as do apego apaixonado às coisas e aos seres possuídos durante a vida. A morte converte-se no lugar onde o homem tomou melhor consciência de si mesmo (ÀRIES, 1989, p. 38).

A atitude perante a morte adquire conotação mais intensa a partir do século XVIII, enunciada por Àries (1989) como “A morte do outro”. Nesse período, a morte é considerada uma ruptura, uma transgressão, de modo que a intolerância à separação é acompanhada pelo sofrimento, exaltação emocional e vivência do luto de forma exacerbada. O ritual das cerimônias diante do leito do morto continua, mas apresenta algumas diferenças que caracterizam as atitudes desse período:

A morte no leito tinha noutros tempos a solenidade, mas também a banalidade, das cerimônias sazonais. A morte era aguardada e as pessoas entregavam-se então aos rituais previstos pelo costume. Ora, no séc. XIX, uma paixão nova se apodera dos presentes. A emoção agita-os, eles choram, rezam, gesticulam. Não recusam os gestos ditados pelo uso, bem pelo contrário, mas retiram-lhes o seu carácter banal e costumeiro (ÀRIES, 1989, p. 45).

A intolerância à morte do outro se mostrava presente no sentimento dos familiares relacionado com o fato de esconderem do doente a gravidade de seu estado, com a intenção de poupá-lo. Em determinado momento posterior, tal atitude foi recoberta por um sentimento,

[...] característico da modernidade: evitar já não ao doente mas à sociedade e ao próprio círculo de relações, o incómodo e a emoção demasiado forte, insustentável, provocados pela fealdade da agonia e a simples presença da morte em plena vida feliz, pois se admite agora que a vida é sempre feliz ou deve parecê-lo sempre. Nada mudou ainda nos ritos da morte, que se conservam ao menos na aparência, e ninguém tem por enquanto a ideia de os alterar. Mas começou-se já a esvaziá-los da sua carga dramática; iniciou-se o processo de escamoteamento (ÀRIES, 1989, p. 56).

A discrição das manifestações e do luto diante da morte caracteriza, segundo Àries (1989), “A morte interdita”, período no qual “O luto deixa de ser, portanto, um tempo necessário cujo respeito a sociedade impõe; tornou-se um estado mórbido que é preciso tratar, abreviar, eliminar” (ÀRIES, 1989, p. 62). As mudanças de atitudes diante da morte, como a contenção das emoções, foram

propiciadas pelo fenômeno de transferência do local da morte, que outrora era em casa e passa a ser no hospital, local agora destinado não só para curar, mas também para morrer.

Como foi possível observar, a morte traz implicações psicológicas e sociais associadas às características pessoais, e também ao período histórico e à cultura. Estabelece-se aqui um desafio relacionado com a compreensão da morte em uma atividade valorizada socialmente, como o trabalho.

Levando em consideração esses aspectos, o presente estudo pretende dar visibilidade às consequências da morte no trabalho e se constitui também em uma tentativa de preencher lacunas e produzir novas questões para o estudo nessa área. Pretende-se, em particular, dar maior visibilidade aos efeitos psicossociais dos acidentes de trabalho fatais para as famílias das vítimas e entender como elas se reorganizaram após o acidente fatal. Como pano de fundo, está presente a ideia de contribuir para a desnaturalização dos acidentes de trabalho como inerentes ao trabalho. Só assim é possível transformar a organização do trabalho em promotora de vida e saúde.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os efeitos psicossociais dos acidentes de trabalho fatais para as famílias, ocorridos em 2008, no setor de mármore e granito no Estado do Espírito Santo.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) conhecer a visão das famílias sobre os acidentes de trabalho;
- b) analisar como as famílias vivenciaram o acidente do ponto de vista afetivo, social, simbólico e econômico;
- c) analisar como as famílias se reorganizaram após a ocorrência do acidente;
- d) refletir sobre o suporte social a que as famílias tiveram acesso.

5 METODOLOGIA

Percebendo a importância do trabalho na estruturação das relações sociais, surgiu o interesse em estudar os efeitos psicossociais do acidente de trabalho fatal para as famílias. A leitura sobre essa realidade foi feita a partir da visão da família. Para estudar essa questão, surgiram diversas indagações: o que mudou na vida das famílias após a ocorrência do acidente? Como elas se reorganizaram do ponto de vista social, econômico, simbólico e afetivo? Como superaram a fatalidade? Que recursos materiais e subjetivos utilizaram? Que visão elas têm do acidente? Como deram continuidade a suas vidas após a ocorrência do acidente? A apreensão desses fatos foi feita por meio da pesquisa qualitativa, uma vez que essa metodologia

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com nível de realidade que não poderia ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Este conjunto de fenômenos humanos se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2007, p. 21).

Trata-se de um estudo exploratório, pois pretendeu dar maior visibilidade ao objeto investigado que ainda é pouco estudado. De acordo com Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória tem “[...] como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”.

5.1 INSTRUMENTOS

Em função de sua finalidade e organização, utilizou-se a entrevista semiestruturada, pois “[...] combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2007, p. 64). As entrevistas tiveram características de uma conversa, mas com propósitos bem definidos pelo pesquisador, como forma de obter informações construídas no diálogo com as famílias (MINAYO, 2007). O tema norteador principal foi: “Qual o impacto do acidente de trabalho na sua vida?”, a partir do qual foram investigadas as demais questões propostas neste estudo (APÊNDICE A).

Outra estratégia de investigação foi a utilização das notas de campo, definidas por Bogdan e Biklen (1991, p. 150) como “[...] o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa [...]” ao coletar os dados, cujo conteúdo pode ser do tipo descritivo ou reflexivo. Os autores alertam que,

Embora os investigadores saibam que as notas de campo são fundamentais para a observação participante, alguns esquecem que podem ser um suplemento importante a outros métodos de recolha de dados. Na condução de entrevistas gravadas, por exemplo, o significado e o contexto da entrevista podem ser capturados mais completamente se, como suplemento a cada entrevista, o investigador escrever notas de campo (BOGDAN; BIKLEN, 1991, p. 150).

5.2 PROCEDIMENTOS

O levantamento das famílias das vítimas de acidente de trabalho foi realizado por meio do projeto de iniciação científica: “Levantamento de acidentes fatais ocorridos em 2008 no setor de rochas ornamentais no Estado do Espírito Santo”, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Barbosa Moulin, com a participação da pesquisadora e de duas alunas da graduação do Curso de Psicologia. Os dois estudos (iniciação científica e dissertação) fazem parte de uma linha de pesquisa mais ampla sobre o setor de rochas, que tem por objetivo analisar os acidentes de trabalho fatais ocorridos no Estado do Espírito Santo, no ano de 2008.

Pensando em uma forma de operacionalizar esse levantamento, entrou-se em contato com o SINDIMÁRMORE que, além de fornecer informações sobre os acidentes de trabalho, também viabilizou a localização e o primeiro contato com as famílias das vítimas. Essa parceria foi documentada (APÊNDICE B), evidenciando a referida colaboração do sindicato e o comprometimento dos pesquisadores em apresentar o resultado final das pesquisas. As entrevistas foram realizadas nas residências das famílias que se dispuserem a participar da pesquisa, respeitando os procedimentos éticos descritos na subseção 5.4.

O projeto de iniciação científica registrou 12 acidentes fatais ocorridos em 2008 no setor de rochas no Espírito Santo, dez deles foram informados por Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)⁴ e dois por Inquérito Policial,⁵

⁴ “O fim principal de emissão da CAT é de ordem legal, significando o direito do trabalhador ao seguro acidentário junto ao INSS; portanto, a CAT representa o registro e o reconhecimento oficial do acidente” (WÜNSCH-FILHO, 1999, p. 42).

documentos fornecidos, respectivamente, pelo SINDIMÁRMORE e pela Polícia Civil de Cachoeiro de Itapemirim.

De acordo com as informações das CATs, metade dos acidentes ocorreu nos meses de janeiro e dezembro de 2008. Todas as vítimas eram do sexo masculino e tinham ensino fundamental incompleto. Sete trabalhadores eram casados, três residiam no município de Cachoeiro de Itapemirim e dois em Vargem Alta. Os demais eram de Atílio Viváqua, Guarapari, Castelo, Mimoso do Sul e Venda Nova do Imigrante. Ocorreu um acidente de trajeto e os demais foram típicos – aconteceram durante o exercício da atividade.

5.3 PARTICIPANTES

Para a realização da presente pesquisa, optou-se por entrevistar todas as famílias identificadas pelo projeto de iniciação científica, mas só foi possível localizar as famílias das vítimas cujos acidentes foram informados pelas CATs, pois esse documento continha o endereço do trabalhador. Dentre as dez famílias localizadas pela CAT, apenas oito participaram da pesquisa, pois uma esposa não quis participar da entrevista e outra família havia se mudado para o Estado do Mato Grosso, conforme informações do SINDIMÁRMORE.

Foi realizada uma visita a cada família e todas as entrevistas foram concedidas por mulheres: duas mães e seis esposas. As entrevistas foram individuais e

⁵ O Inquérito Policial é um documento que agrega informações e registros pertinentes à investigação de uma infração penal (MOULIN et al., 2010).

realizadas de acordo com a disponibilidade das participantes, mas, como estavam sujeitas às relações existentes na dinâmica familiar, em duas entrevistas, houve participação de mais de um integrante da família. Na Família 3, a entrevista foi concedida pela mãe, com participação do pai da vítima e, na Família 8, a mãe foi entrevistada com a participação da irmã da vítima (APÊNDICE C).

Para facilitar a identificação das famílias nos resultados e na discussão, estas serão apresentadas pela letra “F”, seguida de uma numeração, que corresponde à ordem em que as entrevistas ocorreram.

5.4 ASPECTOS ÉTICOS

Durante todo o processo, foi adotada postura ética que, nesse contexto, se refere a um conjunto de regras que ajudam a fundamentar a ação concreta, incluindo o caráter voluntário de participação dos entrevistados. Uma dessas regras refere-se ao consentimento do entrevistado para participar da pesquisa, que deve ser, preferencialmente, documentado mediante uma assinatura do participante (VÍCTORA et al., 2000).

Outras considerações práticas, descritas por Minayo (2007), que também dizem respeito à postura ética, foram levadas em conta na inserção do pesquisador no campo num contexto inicial de entrevista: apresentação; menção do interesse da pesquisa; apresentação de credencial institucional; explicação dos motivos da pesquisa; justificativa da escolha do entrevistado; garantia de anonimato e de

sigilo e conversa inicial. Esses aspectos éticos foram considerados na elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE D), que se ateu também às orientações do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde/UFES.

5.5 ANÁLISE DOS DADOS

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente. A análise e a interpretação dos dados seguiram o Método de Interpretação de Sentidos que, de acordo com Gomes (2007, p. 82), “[...] trata de uma proposta ancorada em obras clássicas do campo da pesquisa qualitativa [...]”. O autor descreve três etapas que compõem esse método de interpretação. O objetivo da primeira é ter uma visão de conjunto a partir da leitura compreensiva do material selecionado e apreender as particularidades do material. O segundo passo refere-se à exploração do material, quando o pesquisador deve ser capaz de ir além das falas e dos fatos, no sentido de chegar ao que está implícito e velado, decompondo o material em unidades. A última etapa aproxima-se de uma síntese, possibilitada pelo trabalho

[...] com sentidos mais amplos que traduzem a lógica do conjunto do material. Para que tenhamos êxito nessa síntese interpretativa devemos, principalmente fazer uma articulação entre os objetivos do estudo, a base teórica adotada e os dados empíricos (GOMES, 2007, p. 101).

No que tange à análise dos dados obtidos a partir das notas de campo, adotou-se a proposta de Bogdan e Biklen (1991) de submetê-los à mesma análise destinada a todo o material obtido na pesquisa. Dessa forma, os dados das notas de campo

foram analisados utilizando o Método de Interpretação de Sentidos (GOMES, 2007).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar os efeitos psicossociais do acidente de trabalho fatal para as famílias e compreender sua visão sobre esse fato, foi imprescindível descrever algumas características do setor de rochas que emergiram nas entrevistas. Embora a investigação dessas características não faça parte do eixo principal da presente pesquisa, ela se mostrou fundamental para entender o que o trabalho representa do ponto de vista social e psicológico para o grupo pesquisado e como o acidente de trabalho fatal é vivenciado, como fruto dessa atividade.

Dessa forma, a análise dos dados concentrou-se em duas grandes categorias: “Características do setor de mármore e granito” e “Efeitos psicossociais do acidente de trabalho”. A primeira constituiu-se em um caminho que ancora a análise da segunda, sinalizando fatores que podem estar relacionados com a ocorrência do acidente fatal. A percepção que a família tem sobre o processo de trabalho em que seu marido/filho estava inserido mostra-se importante, uma vez que essa visão pode nortear condutas em face ao acidente. Também importa ressaltar que o acidente de trabalho ocorre situado num contexto histórico, social e econômico. Até que ponto as famílias têm essa noção? Até que ponto as famílias incorrem em culpabilização das vítimas? Conhecer o processo de trabalho enunciado pelos familiares pode nos dar essa medida. A segunda categoria tratou especificamente dos efeitos psicossociais do acidente fatal para esposas, filhos e família extensa, cuja descrição se iniciou pela forma como a notícia da fatalidade chegou às famílias e se encerrou com as formas de suporte social e de superação vivenciadas por elas.

6.1 CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE MÁRMORE E GRANITO

As características do setor de mármore e granito, identificadas a partir das entrevistas, serão apresentadas em duas partes: características do trabalho e visão das famílias sobre os acidentes fatais. Na primeira subseção, estão condensados vários aspectos referentes ao processo de trabalho e suas implicações na esfera familiar que fundamentam a análise da segunda, pois a visão das famílias sobre o acidente de trabalho se mostrou intimamente associada às características da atividade no setor de rochas relatadas pelos participantes.

6.1.1 Características do trabalho

Segundo Laurell e Noriega (1989, p. 106), a análise do processo de trabalho “[...] tem duas vertentes: uma técnica e outra social. Ou seja, é preciso analisar não somente as características físicas, químicas e mecânicas do objeto de trabalho, mas também porque e como chega a sê-lo, isto é, sua vertente social”.

Embora o objetivo do presente estudo não tenha sido analisar o processo de trabalho e os acidentes dele resultantes, os elementos referentes à atividade, que emergiram no discurso dos entrevistados, contribuem para entender sua implicação para a família. Nesse sentido, as características do trabalho elencadas pelos familiares foram subdivididas nos seguintes itens: condições de trabalho;

percepção dos riscos; funções exercidas pelo trabalhador; tempo de trabalho; recorrência de acidentes; forma de socorro às vítimas de acidentes e relações pessoais x relações profissionais.

a) Condições de trabalho

Em relação às atividades exercidas pelas vítimas, as famílias relataram condições desfavoráveis ao trabalho seguro, como máquinas quebradas e sem freio e falta de equipamentos de segurança. De acordo com uma esposa, “Todo dia ele [marido] chegava em casa tinha alguma coisa pra contar, que a firma não era uma firma assim, muito boa pra trabalhar, porque as máquinas de trabalhar lá não eram umas máquinas em perfeito estado [...] tava sempre quebrando” (F7). Essa esposa reafirma tais condições de trabalho, relatando:

A firma onde ele trabalhava foi multada em vinte mil, que o Ministério do Trabalho teve lá, foi multada, porque não tinha condições de trabalho necessárias para pessoa trabalhar com segurança [...] Quer dizer, era uma firma que nem equipamento de segurança eles usavam (F7).

Outra esposa também conta que a empresa do marido não oferecia condições adequadas de trabalho com relação às máquinas:

Olha, de vez em quando, ele reclamava em casa: ‘Olha, hoje eu desci a máquina sem freio, eu saí cortando pneu, né?’. Aí ele me contava as coisas que aconteciam e eu falava: ‘Ai meu Deus, não trabalha nessa máquina’ [...]. Aí ele falava assim: ‘Olha, aonde a gente foi hoje, é um lugar muito perigoso e a máquina foi amarrada uma na outra, porque era uma sem freio e a pequena tava com freio’ (F6).

O estudo realizado por Moulin (2006, p. 75) mostra que diversos elementos do contexto de trabalho, como: “Guinchos sem freio, trabalhador fora de sua função

de origem, trabalhador que opera uma máquina sem preparo [...]”, conferem ao acidente um caráter de previsibilidade.

Tal associação entre as condições de trabalho e a ocorrência do acidente foi evidenciada apenas por uma família dentre as entrevistadas, na qual a máquina sem freio foi a causa do acidente fatal. Embora as demais famílias não tenham relacionado os acidentes com as condições de trabalho que elas mesmas descreveram, entende-se que esses elementos se caracterizam como precedentes das fatalidades, quando não, sua própria causa.

b) Percepção dos riscos

Os riscos e perigos foram elementos presentes na maior parte das entrevistas concedidas pelas famílias, como mostra o relato de uma esposa sobre o marido que trabalhava com explosivos: “Ele falava que era perigoso, né? Mas tem que trabalhar. A área de serviço dele sempre foi essa, né?” (F5). Outra esposa falou sobre a necessidade que o marido tinha de se submeter aos riscos presentes na atividade, em função da manutenção do trabalho:

Ele falou: ‘A máquina tá sem freio e tem que consertar’. Inclusive, antes, o encarregado da firma era meu cunhado, né? [...] Ele não deixava a máquina ir pra um lugar perigoso, porque ele sabia do perigo [...]. Aí, depois que meu cunhado saiu, que veio um outro encarregado, que começou a mandar, né? Aí, se não fosse, mandava embora e ele, já viu, né? Tinha que trabalhar (F6).

A partir dos relatos acima, percebe-se que as famílias e os trabalhadores conhecem os riscos presentes no trabalho no setor de rochas, mas existe certa

aceitação dessa condição desfavorável à segurança em prol da garantia de trabalho, como se não houvesse possibilidade de ser diferente, como demonstra o relato de uma esposa: “Se a firma tivesse todo o equipamento pra carregar contêiner, teria uma grande chance de ser evitado, mas como o nome diz: acidente, acidente acontece, né?” (F7).

Em alguns momentos, a percepção de que os riscos são parte inevitável do trabalho confere um tom de naturalização à presença deles na atividade, como se observa no seguinte relato: “O perigo da pedreira, a gente sabe que é muito perigoso, muito perigoso mesmo. Só que eu não trabalhei em pedreira, trabalhava na roça, aí o espinho veio no olho e furou meu olho. [...] A gente tem que se conformar também, sabe?” (F3).

O fato de as famílias se referirem aos riscos presentes na atividade de forma naturalizada pode ser uma forma de justificar e aceitar a inserção de um ente querido num trabalho tão perigoso (MOULIN, 2006), ainda mais levando em conta que não há outras possibilidades de inserção profissional na região. Embora as famílias entrevistadas tenham perdido seus maridos e filhos no trabalho no setor de rochas, elas têm outros parentes que trabalham nessa área que precisam ser preservados, o que pode contribuir para a aceitação do acidente de trabalho como se ele fosse inerente a essa atividade. Esse contexto cultural e social faz com que as famílias percebam e convivam com os riscos presentes no setor de rochas em função de sua inserção no trabalho, garantindo a sobrevivência material e simbólica.

c) Funções exercidas pelo trabalhador

Um aspecto que se repetiu nas histórias contadas pelas famílias foi que a função exercida pela vítima divergia daquela para a qual ela foi contratada, como relatou uma esposa: “A atividade dele era polidor. É na carteira tá como polidor, mas ele fazia manutenção, dava manutenção. Como polidor, ele só trabalhou quatro ou cinco meses só” (F2).

Outros relatos também mostram que as vítimas tinham sido contratadas para realizar determinada função, mas, na prática, desempenhavam várias atividades diferentes: “[...] diz ele que fazia um pouquinho de cada coisa. Ao mesmo tempo que ele tava na cortadeira, cortando mármore, ele tava colando, ele fazia um pouquinho de cada coisa” (F1). A divergência entre a função proposta e a realizada de fato também estava presente nos cargos de liderança, como foi o caso de um encarregado:

Ele era encarregado dessa firma, trabalhava como encarregado. Mas ele fazia de tudo, tudo que tinha que fazer lá dentro da pedreira ele fazia, porque ele não só trabalhava como encarregado, que o encarregado só manda, né? Mas ele não mandava, ele participava do serviço mesmo, fazia tudo o que tinha que fazer (F5).

Outra família também conta que o trabalhador “[...] tinha sido contratado pra ser encarregado, mas, na hora do acidente, ele tava trabalhando como operador de ponte” (F7). Outra vítima era polidor, mas fazia atividades relacionadas com a eletricidade e, no momento do acidente, o eletricitista responsável não estava presente:

Era ele que auxiliava o eletricitista. Às vezes o eletricitista deixava ele fazer e ficava observando. Assim, ele já tinha uma noção básica do que ele fazia,

porque ele tinha o apoio do eletricista, tava sempre observando o que ele fazia. Então, aquilo ali que ele fazia foi ele mesmo que ajudou a montar, ele sabia (F2).

A divergência entre função proposta inicialmente e a realizada de fato chama a atenção, pois pode ser entendida como precedente dos acidentes e desperta questionamentos sobre a organização do trabalho: as vítimas receberam treinamentos adequados? Estavam habilitadas e preparadas para realizar as funções? Havia necessidade de realizar funções diversas por haver número insuficiente de trabalhadores nas empresas?

Esses questionamentos estão baseados nas características da configuração atual do trabalho, como a flexibilização exigida dos trabalhadores, associada à intensificação e à precarização do trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004, SENNETT, 2006), que podem também estar presentes no trabalho no setor de rochas.

d) Tempo de trabalho

Um elemento que emergiu em algumas entrevistas refere-se ao pouco tempo de trabalho das vítimas nas empresas, em contraste com a grande experiência que tinham no setor. Três das oito vítimas, cujas famílias foram entrevistadas, estavam trabalhando na empresa em que se acidentaram há pouco tempo, fato que pode ser identificado como um precedente relacionado com o acidente. A esposa conta que o marido trabalhou a vida toda no setor de mármore e granito, mas ele estava há poucos dias na empresa, quando o acidente aconteceu: “Ele

trabalhou uns tempos lá, veio pra casa, ficou dois, três meses em casa e voltou. Com oito dias que ele tava lá aconteceu o acidente” (F5).

Outra esposa (F7) relatou que o marido trabalhava há oito anos carregando contêiner, mas estava trabalhando há 45 dias na empresa onde o acidente fatal aconteceu. Em outra família (F4), a vítima tinha vasta experiência no setor, mas, na empresa onde o acidente aconteceu, estava trabalhando há cinco dias, associado ao fato de ele ter “dobrado” a escala no dia do acidente.

Embora as demais vítimas tivessem mais de dois anos de tempo de casa, os três casos citados acima levam ao questionamento quanto ao significado dessa possível associação entre o pouco tempo de trabalho e a ocorrência do acidente. Em primeiro lugar, há indícios de precarização do trabalho, com rotatividade de trabalhadores, mas essa verificação foge ao escopo desta dissertação. Por outro lado, se os acidentes estiverem associados à rotatividade do trabalho, é possível pensar na sua relação com o período de adaptação à atividade. Uma possível explicação pode estar baseada no que Clot (2006, p. 38) denomina de gênero profissional, entendido como “[...] história de um grupo e memória impessoal de um local de trabalho. [...] sempre se tratará das *atividades ligadas a uma situação*, das maneiras de ‘apreender’ as coisas e as pessoas num determinado meio”. Alves e Osório (2005, p. 89), citando Clot (1999), explicam que

[...] o gênero profissional é ao mesmo tempo um recurso técnico e psicológico. O gênero torna habilitado. Ele pode também tornar desastrado, se está desajustado e perde sua eficácia; surgem então mal entendidos e insucessos na ação. O gênero possui uma capacidade normativa, conserva uma função psicológica para cada trabalhador, fornecendo recursos aos sujeitos para agir, se defender ou tirar o melhor proveito da situação de trabalho. Se esses recursos se esgotam, a vida psicológica no trabalho se vê gravemente diminuída.

A partir desse conceito, pode-se pensar que, embora os trabalhadores tivessem vasta experiência no setor de rochas, não tiveram tempo suficiente para apreender os eventos relacionados com o novo ambiente de trabalho, pois isso depende de tempo e memória.

e) Recorrência de acidentes

Todas as famílias entrevistadas relataram a ocorrência de diversos acidentes no setor, como se eles fizessem parte da rotina das empresas. Todos tinham um “caso” pra contar, com a própria vítima, antes de sua morte, ou com outros trabalhadores da mesma empresa, como relatou uma família sobre um acidente ocorrido com o irmão da vítima fatal: “Ele levou uma descarga de sete mil volts. Aí jogou ele pra baixo, desceu sete metros de altura e caiu num vão entre um bloco e um barranco. [...] Queimou, sapecou ele todinho, quebrou a bacia, trincou” (F3). Uma esposa (F1) conta que, antes do acidente fatal, o marido já havia se acidentado, quando uma chapa de mármore caiu e, ao tentar segurá-la, ele quebrou os dois pulsos.

As esposas tinham conhecimento de outros acidentes fatais ocorridos nas empresas onde os maridos trabalharam: “Aí ele trabalhou, veio trabalhar aqui numa firma que tinha e que ela foi até embora. Teve acidente de morte também, feia também” (F4), fato que se repete no relato e outra família: “[...] já teve mais morte ali, já teve mais uma, né? Antes do meu irmão falecer, já tinha acontecido uma morte ali já” (F8).

As famílias não fizeram correlação entre a ocorrência de acidentes na empresa e o acidente fatal, mas entende-se que os acidentes anteriores à fatalidade são “pistas” de que algo mais grave, mais cedo ou mais tarde, vai acontecer, pois dão sinais de que alguma coisa não vai bem no trabalho.

f) Forma de socorro às vítimas de acidente de trabalho

Um aspecto abordado por algumas famílias foi a falta de recursos das empresas para socorrer a vítima no momento do acidente, associada à dificuldade de acesso aos hospitais, muitas vezes também sem recursos. Uma esposa descreve como o marido foi socorrido pelos colegas de trabalho e a dificuldade de acesso ao hospital, quando o acidente aconteceu:

Foi assim, ele, na hora ele caiu, ele tava vivo ainda, né? Meu vizinho ali embaixo que trabalha lá junto com ele, pulou, os amigos logo pularam, né? Colocaram ele, pegaram uma tábua, pegaram ele com jeito, colocaram em cima da tábua e colocou em cima da caminhonete [...]. Ligaram pra avisar já o pronto socorro pra vim ambulância só que onde tava, é difícil acesso ao telefone celular. [...] Então eu acho assim, se tivesse socorrido mais rápido, em Vargem Alta tivesse uma estrutura boa, ele talvez não tinha morrido (F6).

Em outro caso, de acidente não fatal, o trabalhador tentava consertar um transformador, quando caiu depois de levar um choque elétrico e foi socorrido por dois colegas de trabalho

[...] que tinham feito o curso de primeiros socorros em Cachoeiro. [...] e os dois meninos que tavam lá, socorreram, né? Enfiaram a colher na boca dele, abriram a boca, puxaram a língua [...]. Aí chegou, botaram naquele carrinho, trouxeram pro hospital (F3).

Observa-se que a forma de socorro, em caso de acidente de trabalho, não é estruturada e padronizada pela empresa, embora, em um dos casos, os colegas que socorreram a vítima tivessem curso de primeiros socorros. Em alguns momentos, os relatos das famílias indicaram a falta de possibilidade de socorro imediato como se fosse uma característica desse trabalho e responsabilidade da empresa. A naturalização do risco pode levar essas famílias a pensarem na obrigatoriedade de a empresa suprir ela mesma esse elemento que diz respeito à saúde pública.

Uma esposa conta que o marido foi socorrido por um dos patrões e levado para o hospital, onde o médico

[...] nem olhou [para o marido], nem a mão colocou. Só olhou assim, constatou que já tava morto e falou comigo que havia sido isso [enfarte]. Então naquele momento, ninguém desconfiava do que tinha acontecido realmente. Só depois do laudo da necropsia [...] que foi constatado que foi choque (F2).

No estudo realizado em Itaoca, Baptistini (2009, p. 116) verificou que, na rede de saúde pública desse distrito, no sul do Estado do Espírito Santo, “[...] nenhuma ação é específica para o trabalho no setor de rochas”, embora esse setor seja uma das únicas fontes de trabalho na localidade. Além disso, a autora destaca a ausência do Poder Público com relação à estrutura social da localidade: “O distrito não possui tratamento de esgoto, ruas em boas condições de tráfego, ambientes de lazer e transporte público adequado, dentre outros aspectos” (BAPTISTINI, 2009, p. 138).

g) Relações pessoais x relações profissionais

Foi possível observar, nas entrevistas, que os trabalhadores e suas famílias mantinham com seus patrões e encarregados um tipo de relação que comumente extrapolava a convivência no ambiente de trabalho. Esse fenômeno ocorria não só pela grande quantidade de membros das famílias dos empregados no setor de mármore e granito, como também pela existência de parentesco entre a vítima e o patrão, além das relações afetivas estabelecidas entre as famílias e os donos das empresas. Todas as famílias entrevistadas relataram que tinham mais de um parente trabalhando no setor: eram os filhos, cunhados, sogros e primos das vítimas fatais de trabalho.

Percebe-se que a proximidade entre a vida pessoal e profissional pode ter interferido na percepção que as famílias das vítimas tinham sobre os acidentes de trabalho e sobre a responsabilidade das empresas sobre eles, principalmente quando se estabelecia uma relação afetiva entre a família e o dono da empresa, como mostrou o relato: “Aí, eu não tenho como ficar sentida com nada, que o patrão dele, que é tão honrado, tão amigo nosso, que ele sofreu, sofre muito. Ele me toma bênção agora, ele me chama até de mãe tem hora” (F3). Essa família demonstrou receio de falar algo que pudesse prejudicar a empresa, cujo dono era parente da esposa da vítima e os patrões, amigos da família.

A relação pessoal e profissional se confunde no discurso de outra família, que demonstrou muito apreço pelos donos da empresa e pareceu considerar o acidente uma fatalidade: “Sobreviveu, ele [irmão da vítima fatal que também se

acidentou] tá bem agora, tá bem. Trabalhando já. Mas é a vida, né? A vida tem que continuar. Mas tirando fora isso, os donos são excelentes pessoas” (F8).

No estudo de Moulin (2006), esse fenômeno, que a autora nomeou de relações de compadrio, também ficou evidente, fenômeno esse que, na ocorrência do infortúnio, desvelava para a família tratar-se de uma relação de trabalho, em uma atividade tão perigosa que o trabalhador chegou a morrer. Nas entrevistas realizadas na presente pesquisa, as famílias não chegaram a vislumbrar com clareza a relação de trabalho estabelecida, pois, como será visto em seguida, além da convivência estreita entre trabalhadores e patrões, a presteza com que os empresários deram assistência a elas fez com que se sentissem em dívida de gratidão.

Essa proximidade observada entre as relações pessoais e profissionais pode ser propiciada pelo fato de o setor de rochas ser a principal fonte de trabalho na região, ficando as oportunidades de trabalho restritas às atividades de extração e beneficiamento do mármore e granito, como se observou neste relato: “Meu irmão trabalha no setor do mármore também, meu pai trabalhava até pouco tempo e eles sempre falaram que a primeira oportunidade que eles tivessem, que eles iam parar de trabalhar nesse ramo [...]” (F7). Baptistini (2009, p. 138) constatou que “Todos os residentes do distrito [de Itaoca] têm, de alguma forma, uma ligação com o setor”, uma vez que a atividade de extração de rochas é a principal atividade econômica do município.

6.1.2 Visão das famílias sobre o acidente fatal

Para analisar a visão das famílias sobre o acidente de trabalho, foi imprescindível conhecer as características do setor de rochas abordadas na subseção anterior, pois a forma de lidar com a morte nesse contexto mostrou-se associada aos elementos presentes no trabalho e ao que este representava para o grupo pesquisado. Tal visão foi explorada a partir da versão dos acidentes de trabalho contada pelos entrevistados.

Embora todas as famílias tenham relatado uma versão do acidente, a maioria revelou que não sabia o que realmente aconteceu e não tinha clareza dos motivos que levaram ao acidente fatal. A falta de informação sobre o acidente se desvelou no momento em que as famílias tentaram descrever o que aconteceu, mas desconheciam os fatos: “Olha eu, não sei explicar muito direito, tá entendendo? Que quando morreu não cheguei a entrar no detalhe, só sei que morreu em cima da máquina [...]” (F4). Esse também foi o caso de outra esposa: “Olha, eu sei que foi um choque. Eletricidade. Agora, como que se deu, eu não sei te dizer, porque, até hoje, não chega explicação [...]. Então eu não sei. Só sei dizer que foi isso: que tomou um choque e caiu na água e morreu assim” (F2).

Em geral, a versão do acidente chegou até a família por conhecidos ou colegas de trabalho da vítima, mas seus motivos não foram claros, tornando as descrições pouco precisas, por vezes confusas, como mostra o relato abaixo:

Mas segundo o que tava junto com ele na hora, era também da família, era um sobrinho, foi uma chapa, uma chapa de ferro [...] arrebitou e ele tava lá em cima do morro, orientando, né? E a chapa, o cabo de aço, com aquela pressão toda, foi e pegou ele bem assim, ó. A chapa, o cabo de aço com a chapa foi que matou ele (F3).

Em alguns casos, pareceu que as famílias tinham ideia do que aconteceu, mas não se preocuparam em conhecer os detalhes, ou declararam abertamente que preferiam não ficar sabendo. Uma família admitiu saber o que aconteceu, mas considerou melhor não falar sobre o assunto: “Olha, saber a gente sabe, mas não é bom ficar comentando [...]” (F8).

A falta de conhecimento dos reais motivos dos acidentes pode propiciar a culpabilização do trabalhador, como aconteceu com uma vítima: “E assim, o que mais doeu pra mim é o fato do dono da firma falar que foi negligência dele, que ele fez de propósito. Você acha que uma pessoa vai procurar causar um acidente de propósito, né? Vai querer morrer?” (F7). De acordo com a outra esposa, a culpa também recaiu sobre o marido, já que a única testemunha não “contou direito” como o acidente aconteceu: “[...] o homem [testemunha] falou por ele mesmo que o A. [marido] estava errado, que o A. tinha entrado na frente do caminhão. Impossível, ele sempre era tão direitinho, sabe? Andava sempre direitinho. Aí ficou por isso mesmo [...]” (F1).

A constatação de que as famílias não tinham informações sobre os acidentes no setor de rochas também foi feita por Moulin (2006), ao entrevistar diferentes atores sociais, como aposentados, vítimas de acidentes, viúvas e membros do sindicato. De acordo com a autora, “A culpabilização apressada do trabalhador, sem sequer analisar quaisquer outros elementos envolvidos no evento, foi e é ainda uma forma eficaz de perpetuação dos acidentes” (MOULIN, 2006, p. 63).

Uma esposa contou com mais detalhes o acidente ocorrido com o marido, pois soube da notícia por um vizinho, que trabalhava junto com a vítima e estava presente no momento em que este ocorreu. Além disso, antes da sua morte, o

marido relatava para a esposa os perigos envolvidos na atividade, como uma máquina sem freio, causa da fatalidade, conforme falou a esposa:

[...] quando ele começou a descer [pico] ela [máquina] perdeu a direção, soltou, perdeu a direção. Ele tentou parar, só que ele tentou pular, mas a máquina, ela é mais fechadinha e nisso a camisa dele de brim agarrou – o pano era novo ainda – agarrou, assim onde é aquele negócio de marcha, são várias marchas, agarrou na roupa dele, então nisso não deu tempo dele pular. E quando ele conseguiu se livrar, ele se jogou, mas não teve como. Então assim, se aquela máquina tivesse com freio, teria evitado a morte dele, teria evitado (F6).

Embora essa esposa tivesse mais elementos sobre a causa do acidente, o fato que prevaleceu nas entrevistas realizadas foi a falta de informação sobre a ocorrência dos acidentes de trabalho.

O projeto de iniciação científica, cujo levantamento dos acidentes possibilitou a realização desta pesquisa, constatou que não são apenas as famílias que estão desprovidas dessas informações, mas também os órgãos públicos responsáveis pela elaboração e emissão de registros de acidentes de trabalho,⁶ o que remete à questão da falta absoluta de investigação sobre a ocorrência de acidentes de trabalho no setor. O relatório técnico deste levantamento indica que a investigação não se coloca como uma questão em relação aos acidentes ocorridos em 2008, no setor de rochas, no Espírito Santo, no qual se observa que a falta de informação reforça a falta de investigação:

As informações contidas nos documentos pesquisados deveriam ter como finalidade fornecer explicações e esclarecimentos sobre os acidentes, mas como não apresentam esta capacidade, impossibilitam que contribuam para análise dos acidentes e na maioria das vezes resumem-se meramente à burocracia. Produzem-se muitos documentos e muito pouco significado. Os documentos pesquisados só nos davam a certeza de que uma pessoa veio a óbito. Alguns deles, se tomados

⁶ O levantamento possibilitou o acesso aos seguintes documentos: CAT, Inquérito policial, Registro de entrada e saída de cadáveres, Boletim de ocorrência policial, Declarações de óbito e Laudos de exame cadavéricos. As fontes desses dados foram: SINDIMÁRMORE, Polícia Militar, Sistema Médico Legal e as famílias entrevistadas.

isoladamente, sequer nos traria a informação de tratar-se de acidente de trabalho (MOULIN et al., 2010, p. 14).

Entendemos que a investigação apropriada do acidente, com especial atenção às condições de trabalho, pode vir a ser um elemento para questionar um processo de trabalho que vitima duplamente os trabalhadores: quando ele se acidenta e quando é culpabilizado pelo acidente que sofreu. No entanto, as famílias ainda enunciam esses infortúnios como fatalidades, em que o questionamento não está previsto. Ao contrário, trata-se de algo que, por vezes, não se quer falar.

Conhecer a visão das famílias sobre o acidente de trabalho fatal possibilitou a constatação da falta de informação sobre suas causas – ou falta do desejo da informação. A falta de informação e consequente culpabilização do trabalhador impedem a transformação na organização do trabalho, levando à perpetuação dos acidentes de trabalho. Embora a investigação do acidente fatal não tenha sido uma questão para os entrevistados, ela se coloca para o pesquisador como tal. Trata-se de uma das contribuições deste estudo: insistir em fazer falar algo que o senso comum, por razões diversas, insiste em calar.

6.2 EFEITOS PSICOSSOCIAIS DO ACIDENTE DE TRABALHO

A análise dos efeitos psicossociais do acidente de trabalho iniciou-se a partir dos relatos que versam sobre o modo como a notícia da fatalidade chegou até as famílias, pois o cuidado com que esse fato foi revelado indica que, desde o primeiro momento, a morte traz efeitos psicológicos e sociais impactantes.

Posteriormente, por uma questão didática, os efeitos psicossociais do acidente de trabalho foram analisados separadamente, sob a perspectiva dos filhos, das esposas e da família ampliada. Também foram analisadas as formas de suporte social e de superação relacionadas com as famílias das vítimas de acidentes de trabalho.

6.2.1 Quando a família recebe a notícia

A escolha por iniciar esta categoria retratando a forma como a notícia da fatalidade chegou até a família mostrou-se um caminho interessante de entrar em contato com os impactos provocados pela morte, mas, ao mesmo tempo, revelador, no que diz respeito às atitudes diante dessa circunstância. Em sua maioria, os entrevistados relataram que, num primeiro momento, receberam a notícia de forma amenizada, sendo informados de que a vítima tinha apenas se machucado, mas não morrido. Apenas num segundo momento a verdade era revelada, como se essa forma de contar o fato tivesse a função de preparar as pessoas para saberem o que realmente aconteceu, como conta uma família:

Aí chegou o meu vizinho aqui que é policial, que mora em frente aqui, chegou me deu um tapa nas costas, dizendo: 'Desliga essa máquina'. Olhei pra ele assim, ele tava amarelo [...] 'Eu vim te falar que o C. [filho] sofreu um acidente, tá muito machucado, tá no hospital' (F3).

Embora a notícia do acidente tenha chegado à maioria das famílias de forma atenuada inicialmente, as esposas relatam que, ao serem informadas sobre sua

ocorrência, “já sabiam” o que tinham acontecido desde o primeiro momento, como fala uma esposa, referindo-se à morte do marido:

Porque, quando ele morreu, aí falaram que não tinha morrido. Pediram os documentos, falaram que tinha machucado e depois vieram, me levaram pro hospital, aí falaram o que tinha acontecido. Mas, quando pediram documento, eu já sabia o que tinha acontecido (F4).

O fato de as famílias “já saberem” o que aconteceu indica que elas conheciam não só a possibilidade de ocorrência de acidente no setor de rochas, mas também sabiam da sua gravidade, como revela esta fala da mãe de uma vítima:

Eles chegaram lá falando assim que tinha acontecido um acidente com ele [...]. Eu já sabia que ele tava morto. [...] porque, aonde tá trabalhando numa pedreira, numa firma que vai rolar uma pedra e não vai matar uma pessoa? [...]. Aí que eles pegaram mentira à toa, porque eu sabia que tava morto mesmo (F8).

Observa-se um paradoxo que emerge nos relatos referentes ao momento em que as famílias receberam a notícia do acidente: ao mesmo tempo em que sabem dos riscos presentes no trabalho no setor de rochas e temem receber a notícia de uma tragédia a qualquer momento, relatam que “não esperavam” e que foi “um choque”, que foi “de repente”, conforme relata uma esposa:

Que sempre, sempre ficava esperando alguma coisa, que era longe o asfalto e aí ele [irmão da vítima] falou que ele tava ruim no hospital, não falou que ele estava morto, né? Falou que ele tava ruim no hospital. [...] Ficava difícil de acreditar. Eu peguei os documentos dele, não conseguia, na hora que vem falar a notícia pra gente, não consegue fazer mais nada, né? (F1).

De acordo com Kovács (1992, p. 150), “Embora saibamos racionalmente que a morte é inevitável, este saber nem sempre está presente, fazendo surgir o paradoxo da morte (in)esperada”. Essa característica antagônica parecia fazer parte do cotidiano de outra família: “A minha filha sempre falava: ‘Mãe, a gente

tem que tá preparada, né?'. E eu sou assim, eu não fico desesperada a hora que ele sai pra trabalhar, eu abençoô que vai com Deus" (F3).

É importante destacar que, em uma família, a forma de dar a notícia do acidente diferiu das outras, pois a morte foi revelada de forma direta e sem eufemismos:

Aí ele foi e falou assim: 'Ó, com papai não aconteceu nada, aconteceu com o S. [marido], ele sofreu um acidente'. Eu falei: 'Ué, então vão pro hospital'. Aí ele falou: 'Não, ele não se machucou, ele morreu'. Entendeu? Aí, é um impacto tão grande na sua vida, que você perde o chão, fica sem reação [...]. É horrível. Nossa, eu não desejo isso pra ninguém (F7).

A partir desse relato, percebe-se que, na verdade, há variadas formas de se dar a notícia, mas a minimização dos fatos, num primeiro momento, foi a que prevaleceu no grupo pesquisado. De acordo com outra esposa, no local onde reside, quando uma vítima de acidente de trabalho chega ao hospital, o rádio começa a anunciar, fato que aconteceu também quando seu marido se acidentou, mas ela não sabia que se tratava dele, pois não havia sido informada pela empresa:

Eu tava aqui, já tinha ouvido falar no rádio do acidente, que logo que chega no hospital, logo começa a anunciar. E o pessoal passava, olhava, mas nem aí, né? [...] Que aí o meu vizinho, que socorreu ele, que foi pra Cachoeiro com ele, pagou um táxi até aqui e veio me dar a notícia. Até então, ninguém deles, da firma, ninguém, ninguém deles veio me dar a notícia, ninguém (F6).

O descaso da empresa em relação a essa família, demonstrado desde o primeiro momento pelo fato de não ter informado a morte do trabalhador, reflete sua postura diante de um acidente fatal, pois, posteriormente, a família teve que recorrer à Justiça para receber seus direitos.

As entrevistas indicaram que a notícia da fatalidade tende a ser gradativa. Esse preparo necessário para que a verdade fosse revelada dá indícios do impacto que

a morte traz para uma família. Explicitar esse fato mostrou-se esclarecedor para se compreender o primeiro impacto do acidente com a notícia da fatalidade e também introduziu o percurso para se entender as consequências psicossociais desse fato para as famílias.

6.2.2 A repercussão para os filhos

Os efeitos do acidente de trabalho fatal observados pelas famílias em relação aos filhos foram: diminuição do desempenho escolar, interferência na saúde e, principalmente, mudanças no comportamento. Os problemas relacionados com o desempenho escolar também foram observados com todos os filhos de uma família:

E com isso, esse ano todos os três [filhos] foram péssimos na escola. [...] O de 11 anos ficou reprovado. Não teve jeito, eu tentei, fui a psicólogo [...] E o de 14 quase que perdeu o ano também, e nunca tirou uma nota vermelha, era um menino excelente na escola. Esse ano, ele deu esse trabalho, ele assim, ficou distraído. Enfim, tudo prejudica, né? Não tem nada que não prejudicou (F6).

Kovács (1992, p. 164) acredita “[...] que o trabalho psicoterápico, embora não obrigatório, [...] pode auxiliar enormemente no processo de luto”. A busca por esse serviço não se mostrou como uma escolha espontânea das famílias, mas aconteceu por incentivo da empresa ou da escola – alguém de fora da intimidade do grupo familiar – que comunga desse tipo de recurso direcionado para o âmbito individual.

De acordo com Baptistini (2009, p. 116), no distrito de Itaoca, há apenas “[...] uma unidade do Programa de Saúde da Família (PSF) e um Pronto Atendimento (PA)”. Levando em consideração esse fato e os relatos das famílias entrevistadas sobre o custo da psicoterapia, conclui-se que os serviços de psicologia ofertados pela rede pública são restritos, quando não, ausentes. Tais informações indicam que as famílias têm acesso à psicoterapia por meio da consulta particular:

Inclusive eu tive muito problema com meu filho o ano passado no colégio, meu filho mais novo. Inclusive, a professora pediu que eu levasse num psicólogo, mas não tive como levá-lo, que é muito difícil, você não consegue levar pelo SUS, particular é muito caro, então não consegui (F7).

O fato de algumas famílias não buscarem o profissional de psicologia pode estar relacionado não apenas com a falta de recurso material, mas também com a questão simbólica, pois, como mostrou o estudo de Moulin (2006), trata-se de uma cultura cujos recursos de superação advêm do coletivo, como religião, vizinhança e família.

Em relação aos efeitos na saúde dos filhos, estes foram relatados pelas famílias juntamente com mudanças no comportamento associadas à tristeza e ao sofrimento, como foi o caso de dois irmãos:

A pequenininha, a de três aninhos na época, [...] ela ficou doente, ela não comia. Durante um mês, ela emagreceu, ela perdeu peso, sentindo muito, chorava muito, queria o pai, ela sofreu muito. [...]. Agora o do meio, o de 11 anos [...], no início, foi difícil, ele ficou passando mal vários meses [...] (F6).

Tais efeitos também foram observados a partir das mudanças de comportamento descritas, como agressividade, rebeldia e revolta, como conta uma esposa:

[...] ele ficou uma criança mais agressiva, igual na escola. Ele falava que ninguém aqui em casa gostava dele, que quem gostava aqui era o pai dele e o pai dele morreu. [...] tudo que a gente fala com ele, se não for do gosto dele ele, fica irritado, brigando, sabe? (F7).

Algumas crianças apresentaram outro tipo de comportamento, pois se tornaram mais retraídas e caladas, conforme relato de uma esposa: “Eu não sei explicar, porque ela se fechou. Ela se fechou pro mundo, pras amizades. Eu até, num certo momento, eu não percebi que ela tava sentindo muito, porque criança, todo mundo acha assim: criança não sente, né?” (F2). Kovács (1992, p. 157), referenciando o estudo de Bowlby (1979), relata que “A criança passa pelas mesmas fases de luto que o adulto, desde que esteja de posse dos esclarecimentos de que necessita e que devem ser fornecidos, levando-se em conta o seu nível cognitivo e capacidade de compreensão”. Para as esposas, essas mudanças de comportamento descritas evidenciam sentimentos que estão associados à falta do pai, como tristeza e sofrimento:

O único probleminha que eu tenho hoje em dia é com meu filho menor, tá entendendo? Porque uma morte desse tipo é meio difícil. Até que agora ele tá meio tranquilo, mas de vez em quando, ele dá uma crise. Assim, crise que eu falo assim, sentindo falta do pai dele [...]. Que ele era muito agarrado (F4).

As entrevistas revelaram as consequências do acidente não só para as crianças, mas mostraram também os efeitos da perda para duas filhas já adultas:

Cheguei lá, menina, ela tava numa depressão que até do serviço ela [filha] queria sair. Porque ela ficou oito meses sem ver o pai, quando viu o pai, viu nessa situação desagradável, né? E a outra é mais calada, essa que você teve lá. Aí quando eu reclamo, ela fala assim: ‘Mãe, você acha que é só você que tá sofrendo, mas a gente também tá sofrendo’ (F5).

Algumas esposas expressaram uma queixa referente ao fato de não conseguirem suprir a falta do marido para os filhos:

Porque eu tenho um filho de seis anos e um de quinze. E o fato de eu ver o meu filho sofrer pela falta do pai ainda é pior ainda, você entende? Porque é uma coisa que eu não consigo suprir, a falta do pai dele. Às vezes que ele fala que ele tá com saudade do pai dele, igual às vezes ele acorda, às vezes ele acorda chorando, vira pra mim e fala: ‘Hoje eu

sonhei com meu pai, tenho saudades do meu pai'. O que que eu posso fazer? (F7).

6.2.3 As rupturas vivenciadas pelas esposas

Os efeitos psicossociais do acidente de trabalho fatal para as esposas versaram sobre a saúde, a saudade e a ruptura dos planos. As mudanças ocorridas após o acidente fatal provocaram destruição de sonhos e interrupção das formas de viver, evidenciando as rupturas relacionadas com os aspectos afetivos e psicológicos. Uma das entrevistadas relatou: “No ano passado, eu ia começar [...] a fazer o estágio e começar o trabalho, aí aconteceu isso tudo, eu parei, minha vida parou” (F2). Em outros relatos, as consequências, na esfera afetiva, evidenciam-se pela destruição de um sonho: “Nossa, ele era lindo. Então, assim, ele jogava bola, ele tava vivendo assim, o auge da vida dele, então foi um choque assim, que tirou, acabou o sonho, né?” (F6).

O estudo de Moulin (2006, p. 116) mostrou que, aos poucos, as famílias entrevistadas conseguiram se recuperar “[...] do ponto de vista material, simbólico, social e afetivo”. Na presente pesquisa, essa reestruturação foi observada apenas com relação à questão financeira, o que faz supor que as entrevistas foram realizadas num período ainda recente em relação à morte das vítimas fatais. Tal suposição pode ser evidenciada pelo relato de uma esposa sobre a falta do marido no cotidiano:

Ah, mudou tudo, né? Porque ele era meu companheiro, a pessoa que eu convivi 29 anos, casada. [...] Ele era bom marido, bom pai, bom avô,

amigo, entendeu? Não é porque ele morreu, mas ele sempre foi uma boa pessoa, ele me tratava assim, igual que eu se fosse uma rainha. [...] Então eu sinto muita falta dele, né? Porque eu perdi minha mãe, eu tinha dez anos então eu não tive infância, não tive juventude. Eu comecei a viver, eu sempre falo, eu comecei a viver depois que eu casei, entendeu? Que eu não tenho um pingo de saudade da minha vida solteira, então ele foi tudo. Eu perdi tudo (F5).

Dentre os efeitos na saúde das esposas, os mais significativos foram o emagrecimento brusco, a depressão e o uso de remédios, como se pode verificar no relato: “Bom, eu perdi dez quilos, estou dormindo a poder de remédio. Até hoje. Mas foi isso, comecei a perder cabelo” (F2). Outra esposa percebeu agravos a sua saúde e relata, dentre outros sintomas, a hipertensão. Ela acredita que seja em função do seu estado emocional, já que não tinha problemas cardíacos:

Eu emagreci dez quilos dentro de um mês, por quê? Por causa do sofrimento, você sofrer com falta da pessoa e era uma pessoa que você tinha pra tudo, contava pra tudo e, de repente, você se vê sem ela? É triste demais você ver a pessoa sair de manhã e, de repente, chegar a notícia na sua casa que seu marido morreu por acidente de trabalho (F7).

A depressão foi referida como consequência do acidente do marido na saúde de duas esposas, conforme relato de uma delas:

Eu trabalho. Eu sou servente num colégio. Trabalho pela Prefeitura, fui concursada pela Prefeitura, trabalho. Fiquei uns tempos afastada, né? Por causa, tive que fazer duas cirurgias e num sei também, fiquei muito depressiva, não tinha como eu trabalhar. Não aguentava trabalhar (F5).

A partir das entrevistas, não foi possível identificar se a depressão relatada por ambas as esposas foi diagnosticada por um profissional de saúde ou se, simplesmente, elas se apropriaram desse nome comumente usado pelo senso comum para exprimir a tristeza e o desânimo em frente à perda dos respectivos maridos. De qualquer forma, optou-se por registrar esse efeito relatado pelas famílias como consequência dos acidentes fatais.

6.2.4 Os efeitos para a família extensa

Os entrevistados relataram os efeitos do acidente para a família extensa – entendida aqui como a família além da nuclear, como avós, tios e cunhados – conforme conta uma esposa: “[...] pra minha família foi um impacto muito grande também, porque, ele era uma pessoa muito querida, entendeu? Todo mundo gostava dele” (F7). Outra esposa relata a reação do irmão da vítima ao saber do acidente:

Olha, o irmão dele ficou revoltado, tanto é que, quando ele ficou sabendo da morte, ele cercou o encarregado. [...] e ele foi lá tirar satisfação: ‘Não, eu avisei você, pra nunca deixar a máquina assim, que ia acabar matar alguém. Quem que se machucou naquela pedreira?’ Perguntou ele, mas ele sabia que era o irmão, né? Aconteceu com o irmão, né? Ele entrou em choque. A família ficou toda assim, né? (F6).

Foram observadas mudanças nos relacionamentos entre as esposas e a família de origem da vítima. Em um dos casos, o relacionamento melhorou após o acidente: “[...] Parece que, depois que ele morreu, parece que a família dele trata a gente melhor [...] quando a gente vai lá, eles conversam com a gente, assim, não igual antes, conversa talvez até melhor de que antes, lembra muito dele, né?” (F1). Já outra esposa conta que os familiares do marido acabaram se afastando dela após o acidente fatal, pelo fato de terem superado a perda com mais facilidade do que ela e, por esse motivo, não a compreendiam:

Até porque a minha dor eles não aceitavam, assim. [...] eles aceitaram depressa, eles queriam que eu também aceitasse, entendeu? Achavam, assim, exagero da minha parte. Então houve aquele afastamento e depois disso, eu procurei ficar mais no meu canto e eles mais no canto deles (F2).

Os momentos vividos em família, como as datas comemorativas, foram relatados como os mais difíceis de serem superados após o acidente: “Olha, foi dois dias

antes do Natal. Falo que Natal, pra gente, acabou, né? Natal acabou. Eu falei que Natal agora é como se fosse um qualquer dia de mês, não tem mais a graça [...]” (F6). Outra família também relatou que as datas comemorativas perderam o sentido, além da dificuldade dos filhos em vivenciar momentos em família e de lazer:

Se você vai fazer alguma coisa tá faltando alguém, vai sair, é o final de ano, é Natal, essas coisas, os meus filhos já não têm mais aquele prazer, tá entendendo? Pra eles tanto faz, pra eles não existe Natal, não existe final de ano. Até sai, passeia, mas assim aquele tipo: não quer enturmar com a família dele, nem com a minha pra poder não lembrar (F4).

Uma esposa observou mudanças na saúde do sogro após o acidente: “[...] o pai dele tá doente, o pai dele fica variando, falando que ele vai voltar” (F4). Outro relato também aponta os efeitos do acidente para o irmão da vítima, que, conforme a mãe, “[...] ficou em tempo de ficar doido” (F8), referindo-se ao fato de ele ter ficado “desorientado” e nervoso, pois trabalhava junto com o irmão e presenciou sua morte, não se conformando com o fato.

6.2.5 Suporte social

Neste estudo, entendem-se, como suporte social, elementos que ajudaram na reorganização da família, no que tange às obrigações legais e aos setores públicos. A reorganização familiar, do ponto de vista econômico, após a ocorrência do acidente fatal, foi propiciada em grande parte pelas indenizações e pensões, viabilizadas pela empresa ou pelo sindicato. As famílias entrevistadas

foram assistidas pelas empresas, que se mostraram preocupadas em oferecer suporte ao que fosse necessário e mantinham contato frequente com os familiares das vítimas. Embora os entrevistados tenham reconhecido o apoio das empresas, quando descreveram o tipo de ajuda oferecida, observou-se que essa estava, na maioria das vezes, restrita aos direitos legais das vítimas: “Ajudaram muito [empresa]. Ajudaram. Com o dinheiro da indenização, a mãe comprou essa casa aqui. O outro restante, a mamãe comprou alguma coisinha pra ela e pagou o advogado” (F8).

Os relatos indicaram que as empresas agilizaram o processo burocrático com o intuito de que as famílias fossem beneficiadas com: pensão do INSS, seguro de vida, pagamento pelo tempo de serviço e, em alguns casos, a indenização. Há diversos relatos sobre os esforços empreendidos pelas empresas para “correr atrás da burocracia” para conseguir tais direitos: “Eu tive muito apoio dos patrões dele, né? Me apoiaram bastante pra tá providenciando documentação, coisas do seguro, precisa de muita documentação” (F2).

Uma esposa relatou ajuda da empresa associada aos direitos legais: “Tanto que me ajudou, a gente fez um acordo. Eu sou pensionista hoje, eu recebo, por causa dessa firma que entrou na época, tudo direitinho [...] a gente foi no advogado, tá pagando direitinho, tudo certinho. Eu não tenho nada a reclamar” (F4). De acordo com outra esposa, logo que o marido faleceu, a empresa entrava em contato com frequência, mas foi possível observar que, em geral, tais contatos versavam sobre questões legais: “Eles [empresa] me chamavam lá quase sempre assim, no começo. [...] Eles só me chamavam lá mesmo quando tava dando algum problema, alguma coisa assim, igual no seguro de vida dele, precisava de mais de

alguma coisa” (F1). Esse relato dá indícios de que a empresa se fazia presente para tratar de assuntos burocráticos e, à medida que eles iam sendo resolvidos, o contato diminuía.

Além do suporte relacionado com os direitos trabalhistas cumpridos pela maioria das empresas, observou-se que existia preocupação de alguma delas com as consequências psicológicas do acidente. Uma empresa sugeriu tratamento psicológico para esposa e filha da vítima e arcou com as despesas: “Então eles me ajudaram bastante. Até hoje eles pagam o psicólogo da gente. Eles pagam, até hoje. Eles dão bastante assistência. Me procuram, de vez em quando eles ligam, vem aqui pra saber como a gente tá” (F2).

A realidade abordada pelo grupo pesquisado mostrou que, em alguns casos, a ajuda das empresas foi além da questão financeira, pois o fato de as famílias “sentirem” que podiam contar com elas propiciou também conforto psicológico. Essa realidade contrasta com dados de Moulin (2006, p. 108), já que, em todas as entrevistas realizadas pela autora, houve reclamações sobre o patrão após a ocorrência do acidente de trabalho, a partir das quais a autora verificou que “[...] a reação dos empresários deslizou entre a omissão e a irresponsabilidade”. A reação da família em face da conduta da empresa, embora pareça antagônica a princípio, revela-se como os lados da mesma moeda, ou seja, a presente pesquisa evidenciou que as famílias entrevistadas ficaram satisfeitas por terem sido “amparadas” pela empresa. Já no trabalho de Moulin (2006), as famílias mostraram-se “indignadas” porque foram destratadas pelos empresários. A partir dessas duas pesquisas, configura-se a ideia de que se trata de uma questão

relacional – entre patrão, empregado e família – e não de direitos ou contrato de trabalho regido por lei.

Ao se pensar no trabalhador apenas como provedor material das famílias entrevistadas, não houve alterações significativas na renda familiar, como conta uma esposa: “Olha, eu entrei na Justiça junto com o sindicato, entrou na Justiça contra a firma, né? Pedindo a indenização e eu ganhei. [...] Então assim, em matéria financeira, nós ficamos bem aparados, a gente não tem o que reclamar, não” (F6). Observou-se que as famílias não perceberam mudanças em relação à questão financeira, em função de terem recebido as indenizações e benefícios após o acidente.

O Poder Público foi mencionado de forma indireta nos relatos das famílias, no que se referia aos benefícios recebidos, mas percebe-se que não era atuante sob o ponto de vista do atendimento das vítimas de acidentes de trabalho, da fiscalização e de políticas públicas para o setor. Apenas uma família relatou que o Ministério do Trabalho multou a empresa em que a vítima trabalhava em função das condições de trabalho, mas antes da ocorrência do acidente fatal. Se, por um lado, o Poder Público pareceu ausente na realidade da maioria das famílias, por outro, viabilizou que elas se reorganizassem economicamente – via benefícios concedidos – propiciando que dessem início à reorganização de outros aspectos, o que mostra a importância do vínculo de trabalho formal em face ao mundo do trabalho cada vez mais precarizado.

Duas famílias entrevistadas relataram que as empresas não cumpriram seus deveres legais, o que não ocorreu com as demais que, prontamente, se preocuparam com esse auxílio. Em uma delas, o dono era irmão da vítima e,

inclusive, descontou as despesas do funeral do irmão do acerto pelo tempo de trabalho a que a esposa tinha direito: “[...] daí um mês eu comecei a receber a pensão, mas a indenização, não. Eu deixei quieto, porque eu achei que ele ia me dar mais apoio, né? [...]. Ele nunca me perguntou se tava faltando alguma coisa, se eu tava precisando de alguma coisa” (F5).

O SINDIMÁRMORE foi citado espontaneamente apenas por essas duas famílias. Isso pode indicar que a atuação do sindicato está direcionada realmente para os casos em que elas têm dificuldade em receber seus direitos. Pode evidenciar também que as famílias só buscam o sindicato quando não recebem apoio das empresas, como foi o caso dessas famílias, conforme uma delas relata: “[...] eu gostei muito da visita dele [membro do sindicato], então, assim, eu vi que eu tinha alguém que queria me ajudar, né? Porque, se depender de patrão de firma, eu tenho certeza que eles não fizeram nada pra me ajudar de imediato” (F6).

6.2.6 As formas de superação

As formas de superação referem-se a elementos de apoio relacionados com as características culturais, sociais e individuais. Dentre os elementos que auxiliaram no processo de superação em frente à perda provocada por acidente de trabalho fatal, os mais frequentes foram a família e os amigos, seguidos da religião. O trabalho, o estudo e a psicoterapia também foram mencionados pelas famílias como apoio presente no processo de luto, mas de forma isolada. A maioria delas

apontou mais de um aspecto referente à superação, mas tais aspectos serão apresentados separadamente para facilitar a análise.

a) A família

Os entrevistados sentiram-se muito reconfortados pelos parentes, motivo pelo qual a família emergiu em quase todos os relatos como importante elemento no processo de superação, conforme conta uma esposa:

A minha família sempre procura não me deixar muito sozinha. Quando eu estou muito aqui, eles vêm, aí minha mãe me leva pra casa dela, eu fico assim, fim de semana todo com ela. Só fico em casa de segunda a sexta, sábado e domingo eu fico com ela, mesmo morando perto. Aí, hoje, por isso que eu consigo falar mais (F2).

Outra esposa fala do apoio recebido da família do marido: “A família dele também me ajudou bastante. Graças a Deus eu sempre me dei muito bem com todos eles. [...] Então é bom, é bom a gente ter família nessas horas [...]” (F6).

Os filhos aparecem como fonte de significado para continuar vivendo, como mostrou o relato: “O que me fez ficar de pé foi meus filhos, lutar” (F6). Outra esposa também falou que encontrou força nos filhos para superar a morte do marido:

Então, eu busco força nos meus filhos, pra tentar lidar com isso. Só que é igual eu te falei, eu queria que, eu preferia que isso não acontecesse mais, porque, do mesmo jeito que eu sofro, eu não queria que outras pessoas sofressem por causa disso, entendeu? Por que quantas crianças mais ainda vai ter que ficar órfãos de pai pra essa firma tomar providência? (F7).

b) Os amigos

As famílias entrevistadas enfatizaram o apoio recebido pelos amigos, principalmente nos momentos vivenciados logo após a fatalidade, como conta uma esposa: “Visitas aqui direto, toda tarde. Os amigos dele vinham toda tarde e muita gente, os vizinhos, telefone, pessoas que a gente nem pensava [...]” (F3). Os colegas de trabalho das vítimas se mostraram solidários com a família, sendo lembrados como fonte de apoio no processo de superação, conforme relato: “E ele tinha muito amigo e, nessas horas, foi muito bom os amigos dele. Mas isso é o quê, né? É erguer a cabeça e continuar, né? Mas que uma morte assim choca a gente, choca, nossa!” (F6).

Os vizinhos – entendidos como parte deste tópico – foram citados por duas famílias como suporte no processo de superação: “Ó, teve meus vizinhos aqui que me apoiaram. Estava uma vizinha minha até na semana passada. Ela foi embora pro Rio. Ela me dava muita força, meus vizinhos aqui vinham aqui sempre pra conversar comigo [...]” (F5).

c) A religião

Outro elemento que fez parte do processo de superação foi a religião, mencionada como fonte de conforto obtido pela fé e pelas orações: “Mas ele também tá me dando força, Deus. Eu acho que age na nossa vida, né? Acho não,

com certeza” (F5). Uma esposa conta que sua participação na Igreja foi uma ajuda importante: “E também sou uma pessoa, assim, muito católica, muito temente a Deus. [...] procuro sempre estar na Igreja. Eu entrei no trabalho da Pastoral da Criança, fiquei como a coordenadora. Então são coisas assim que tem me ajudado bastante [...]” (F2).

Observou-se que a religião apareceu como elemento que ajudou a suportar a morte com mais facilidade, que, por vezes, se traduziu em aceitação desse fato, conforme relato:

[...] só coloquei assim, que Jesus fizesse o melhor pra ele [vítima]. Falei: ‘Eu vou agüentar o que vier pra mim eu tenho certeza’. E, colocando assim, que a gente tem um filho todo espatifado, também eu sei que aquilo é muito forte, né? E coloquei assim. A gente tá assim, a gente vendo outras coisas piores, que a gente vê, isso me dá força. Continuei indo a velórios, levando conforto e trazendo pra mim (F3).

O tom conformista sobre o acidente de trabalho apresentou-se como uma forma de lidar com o sofrimento diante da perda, ancorado na recorrência e naturalização de acidentes no setor. Tal aceitação está relacionada também com o fato de as famílias não quererem falar sobre os acidentes, não quererem saber informações sobre sua ocorrência e não se indignarem pela forma como ocorreu. Como mencionou essa família, o fato de ver “coisas piores” – como outros acidentes fatais ou mutilações graves – “dá forças”.

A resignação mostra-se também como uma forma de superação, que se instaura como um paradoxo: ao mesmo tempo em que é necessária para a sobrevivência física e psicológica da família, não exclui sentimentos de indignação – mesmo que sutis – associados à perda:

Eu aceitei porque não tem como. Nada que eu fizer, nada que alguém fizer vai trazer ele de volta, né? Então eu aceito a morte dele já, porque a

gente tem que aceitar. Então é um mistério de Deus que a gente tem que aceitar. Eu fiquei revoltada porque foi da forma que foi, né? (F6).

Se, por um lado, a resignação se apresenta como uma forma de superar a perda, por outro, impede que o acidente de trabalho se torne uma questão social. No relato citado, a indignação existe, mas fica restrita à perda do marido e não abrange a contradição presente no trabalho.

Na pesquisa de Moulin (2006, p. 103), os meios de superação estavam ancorados na religião, na família e na comunidade, elementos comuns aos identificados na presente pesquisa. Conforme a autora, “Além de Deus, a rede de familiares, amigos e vizinhos foram fonte de ajudas materiais, espirituais e afetivas para suportar e para enfrentar as conseqüências do acidente”. Mas, além desses elementos associados ao apoio coletivo, novos recursos emergiram no processo de superação das famílias na presente pesquisa. São eles: o trabalho, o estudo e a psicoterapia.

d) Outros elementos presentes no processo de superação

O trabalho formal foi citado por uma esposa – a única que não tinha filhos – como forma de superar a ausência do marido: “Olha, o que mais ajuda assim a ir superando é o serviço. Sai pra ir ao serviço, volta, assim. Lá tem um menininho que eu tomo conta dele, brinco com ele” (F1).

Duas esposas mencionaram a realização de trabalhos manuais como sinal da melhora no processo de superação da perda, como conta uma delas: “[...] até

meus trabalhos artesanais – que eu faço crochê, tricô, essas coisas assim – eu abandonei. Agora eu já comecei a voltar a mexer com essas coisas. Então foi isso que me ajudou bastante” (F2).

A psicoterapia também foi citada por essa esposa como ajuda para superar a morte do marido: “[...] foi uma coisa que derrubou muito mesmo, me botou bem pra baixo, agora que eu consigo falar no assunto, depois de acompanhamento de psicólogo eu consigo conversar. Mas, antes, eu nem, não gostava nem de tocar no assunto” (F2). Como já abordado, a presença de profissionais, como pedagogo e psicólogo, foi relatada por três famílias como recurso utilizado para auxiliar no processo de superação dos filhos, relacionado principalmente com o desempenho escolar.

Outra esposa encontrou nos estudos nova possibilidade de inserção social que auxiliou no seu processo de superação:

[...] o que me ajudou mais, foi o fato de estudar [...]. Agora eu terminei a oitava série, com isso foi maravilhoso, né? [...] Então o fato de eu ir lá, e lá eu conheci muito gente diferente, coisas diferentes, passa a ter vários conhecimentos, com isso a mente da gente abre. Então é lá na escola que eu me reencontrava. Aqui eu era mãe, lá não, lá eu me reencontrava, então isso fez muito bem, o fato de eu estar estudando (F6).

Mesmo entendendo que o sindicato tenha função de suporte social, destacamos, nesta subseção, o relato dessa esposa que o citou como elemento do processo de superação: “[...] então eu fui muito bem amparada por eles [sindicato], lá, né? Até hoje, eu continuo indo lá, porque isso me ajudou muito a superar” (F6).

Dentre as famílias entrevistadas, duas deram indícios de que superaram com mais facilidade a perda. Uma esposa (F1) não cita grandes mudanças após o acidente do ponto de vista financeiro, na saúde, na vida afetiva e relacional,

embora relate a falta que sente do marido. Outra família conta que “Não mudou praticamente quase nada. Quando ele era vivo, a gente era assim, depois que ele morreu, continuou a mesma coisa. [...] Aí, depois de 15 dias, voltou tudo ao normal” (F8). Levando em consideração as observações do pesquisador, registradas nas notas de campo, a entrevista dessa família diferiu drasticamente das demais. Primeiro, em razão do pouco interesse que a família demonstrou sobre a pesquisa e, principalmente, em relação ao pouco impacto da morte demonstrado pela família. Os relatos da mãe da vítima eram muito fragmentados e confusos, e foram, na maior parte das vezes, complementados por sua filha durante a entrevista.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo principal dar visibilidade aos efeitos psicossociais do acidente de trabalho fatal para a família da vítima, o que mostrou que sua ocorrência não estava restrita ao mundo do trabalho, pois trouxe implicações para os filhos, esposas e para a família extensa. Para os filhos, a perda do pai refletiu em agravos à saúde e em problemas no desempenho escolar. As mães também observaram mudanças no comportamento dos filhos, como: revolta, rebeldia, agressividade, retraimento, tristeza e sofrimento. As esposas sofreram efeitos associados à saúde, mas a maior dificuldade foi lidar com a ruptura dos sonhos e vivenciar o dia a dia na ausência do marido. Os efeitos, para a família extensa, ficaram mais evidentes nas datas comemorativas e nos momentos vivenciados em família, quando a ausência da vítima fez com que as comemorações perdessem seu sentido.

A questão fundamental desta análise está pautada na interpretação de que as famílias entrevistadas percebem os riscos presentes no setor de rochas como parte do trabalho, pois, em se tratando de processo de elaboração do luto, não há diferenças significativas quando se compara com o luto vivenciado pela perda por outros motivos. Ou seja, não existem diferenças significativas quanto aos efeitos na saúde, nos comportamentos e nas relações sociais das famílias, porque a morte foi no trabalho. As famílias também poderiam vivenciar esses efeitos, se os trabalhadores tivessem morrido por outro motivo. Destaca-se que a diferença entre a morte no trabalho e causada por outro motivo foram justamente as

características do setor de rochas, a naturalização dos riscos e a resignação diante da morte no trabalho.

As formas de enfrentar a morte indicaram que a superação da perda foi viabilizada, em geral, pelos familiares, amigos e religião, elementos também encontrados no estudo de Moulin (2006) e que estão associados à coletividade. Embora haja semelhanças entre as pesquisas sobre essa questão, emergiram elementos novos no presente trabalho, mais voltados para a esfera individual, como: trabalho, estudo e psicoterapia. Os serviços de psicologia e pedagogia estiveram presentes no processo de superação dos filhos das vítimas, incentivados pela empresa e pela escola. A psicologia, nesse contexto, aparece como a clínica do luto. Sua atuação é relevante, mas ainda incipiente. Como já abordado, a psicologia pode oferecer contribuições em qualquer campo de atuação, e não apenas na área clínica, desde que se compreenda a importância do trabalho para a subjetividade humana (CREPOP, 2008).

Não foi possível analisar os efeitos psicossociais dos acidentes de trabalho fatais, sem levar em consideração o contexto em que eles ocorreram, pois as relações estabelecidas com o trabalho interferem na atitude das famílias sobre esse fato e, além disso, contribuem, mesmo indiretamente, para que os acidentes continuem acontecendo, uma vez que nada é feito para evitá-los ou desvelar suas causas.

A análise mais ampliada do setor de rochas no Espírito Santo foi possibilitada pelos relatos das famílias, cujas vivências, atitudes e percepções sobre o trabalho no setor permitiram compreender como se constrói esse terreno cultural sobre trabalho e acidente, vida e morte. Primeiramente, observou-se que existe uma estreita relação entre esses acidentes e as condições de trabalho, como

recorrência de acidentes no setor, condições de trabalho desfavoráveis à segurança e a divergência entre a função para a qual o trabalhador foi designado e a que ele de fato realizava. As características do setor relatadas pelas famílias deram indícios de que os acidentes fatais estavam relacionados com esses elementos, denominados aqui de precedentes, que não foram associados ao acidente de trabalho pelas famílias, mas tal relação ficou evidente para o pesquisador, que não pode desconsiderar que a culpabilização do trabalhador é reforçada nessa situação.

É interessante observar que a percepção das famílias em relação à empresa não se modificou após a ocorrência do acidente. A família não “quer atrapalhar” a empresa, cujo patrão oferece trabalho e ajuda à família da vítima de acidente fatal. Acredita-se que essa atitude também contribui para que os acidentes não sejam investigados, pois a percepção dos familiares sobre o acidente está alicerçada nas relações pessoais e não nos processos de trabalho, de forma que os fatores relacionados com o trabalho, responsáveis pelos acidentes, permanecem nas empresas, sem serem analisados e modificados.

Em se tratando dos aspectos referentes ao suporte social, a maioria das empresas cumpriu suas obrigações legais com presteza e, além disso, alguns empresários mostraram-se preocupados em acompanhar a situação das famílias. Levando em consideração o trabalho de Moulin (2006), as pessoas entrevistadas pela autora tiveram que recorrer a advogados e ao sindicato na busca de seus direitos, o que não prevaleceu dentre as famílias entrevistadas na presente pesquisa. No entanto, não houve mudanças do ponto de vista da falta de

informação, da análise dos acidentes e das alterações nos processo de trabalho visando à sua prevenção.

Tanto na presente pesquisa, quanto no estudo de Moulin (2006), observa-se o desejo de ser ajudado pelo patrão/amigo, indicando que a expectativa baseada nessa relação é muito forte, seja quando a empresa não ampara a família – realidade observada por Moulin – seja quando a empresa se mostra solidária – realidade encontrada no estudo atual. Esta pesquisa evidenciou que as indenizações foram bem-vindas pelas famílias e, de fato, ajudaram na sua reorganização após o acidente, mas é necessário analisar que, da mesma forma como as indenizações estão associadas aos direitos legais, podem, em alguns casos, funcionar como um atenuante, pois nem as famílias nem as empresas falam em evitar novos acidentes, em prevenção ou análise de acidente. Dessa forma, mesmo que a ajuda das empresas seja no sentido legal e humanitário, escamoteia qualquer forma de contradição capital x trabalho, evitando a modificação no processo de trabalho.

Embora o Poder Público tenha sido importante para a reorganização familiar, sob o ponto de vista econômico – em função dos benefícios concedidos –, mostrou-se falho quanto à consolidação de informações sobre os acidentes de trabalho, como identificou o levantamento do projeto de iniciação científica. Essa constatação alerta para a urgência de que a análise do acidente se torne uma questão, pois, se o Poder Público desconhece as causas dos acidentes de trabalho e como eles ocorreram, não tem como atuar de forma preventiva, para promover mudanças na organização do trabalho com o intuito de evitar que novos acidentes ocorram. Além dessa questão prática, a falta de informação sobre o acidente produz

concepções sobre a morte associadas à fatalidade e aos desígnios de Deus, o que, conseqüentemente, desculpa os empresários e a organização do trabalho. Pensando que a cultura leva à resignação – o que dificulta a transformação do trabalho – a pesquisa tem um efeito de contradiscurso, que vai de encontro à culpabilização do trabalhador e à forma hegemônica de análise de acidentes baseada no ato inseguro e na condição insegura.

Assim como Lacaz (1997) mostra que a saúde só se torna uma questão a partir do momento em que os trabalhadores têm força política para isso, entende-se que, no caso do acidente de trabalho, trata-se da mesma circunstância, que, nesse contexto, depende dos sindicatos, do Poder Público, da família, dos colegas de trabalho da vítima e também do que é produzido pela ciência. Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para promover uma psicologia interessada no trabalho como possibilidade de se trabalhar e (sobre)viver com dignidade.

8 REFERÊNCIAS

ALVES, C. A.; OSÓRIO, C. Análise coletiva de acidentes de trabalho: dispositivo de intervenção e formação no trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 8, p. 87-98, 2005.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ÀRIES, P. **Sobre a história da morte no ocidente desde a idade média**. 2. ed. Lisboa: Teorema, 1989.

BAPTISTINI, M. A. **Trabalhadores do setor de rochas ornamentais: vida, trabalho, saúde e acesso aos serviços de saúde**. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

BOGDAN, R. C.; BIKLENS, K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública: referências para a atuação do(a) psicólogo(a)**. Brasília: CFP, 2008.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. (Org.). **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. p.119-145.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. (Org.). **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

FREITAS, C. M. A análise de acidente de trabalho em indústrias tendo como referência a organização do trabalho. In: BORGES, L. H.; MOULIN, M. G. B.; ARAÚJO, M. D. **Organização do trabalho e saúde: múltiplas relações**. Vitória: Editora EDUFES / CCHN, 2001. p. 87-108.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

JARDIM, S. R. Trabalho e doença mental. In: BORGES, L. H.; MOULIN, M. G. B.; ARAÚJO, M. D. (Org.). **Organização do trabalho e saúde: múltiplas relações**. Vitória: Editora EDUFES/CCNH, 2001. p. 137-156.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

LACAZ, F. A. C. Saude dos trabalhadores: cenários e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 7-19, 1997.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

LIMA, R. C. et al. Associação entre as características individuais e sócio-econômicas e os acidentes do trabalho em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p.569-580, jul./set. 1999.

MACHADO, J. M. H.; MINAYO-GOMEZ, C. Acidentes de trabalho: uma expressão da violência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 74-87, 1994.

MANGAS, R. M. N.; MINAYO-GOMEZ, C; THEDIM-COSTA, S. M. F. Acidentes de trabalho fatais e desproteção social na indústria da construção civil do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 33, n.118, p. 48-55, out. 2008.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl.2, p. 21-32, 1997.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOULIN, M. G. B. De heróis e de mártires: visões de mundo e acidentes de trabalho no setor de rochas ornamentais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 10, n. 1, p. 37-53, jun. 2007.

MOULIN, M. G. B. **O lado não polido do mármore e granito: a produção social dos acidentes de trabalho e suas consequências no setor de rochas ornamentais no sul do Estado do Espírito Santo**. 2006. 135 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2006.

MOULIN, M. G. B. Trabalho, saúde mental e gênero: o caso das bancárias. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 47, n. 4, p. 169-117, abr. 1998.

MOULIN, M. G. B. et al. **Levantamento de acidentes de trabalho fatais ocorridos em 2008 no setor de rochas ornamentais no Estado do Espírito Santo**. (Relatório de pesquisa), Vitória, 2010.

MOULIN, M. G. B.; REIS, C. T.; WENICHI, G. H. Homens de pedra? Pesquisando o processo de trabalho e saúde na extração e no beneficiamento do mármore: relato de uma experiência. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. v. 3/ 4, p. 4763, 2000/2001.

NARDI, H. C. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NOSSA JUNIOR, L. **Montanhas brancas**: uma reportagem sobre os trabalhadores das pedreiras de mármore e granito do sul do Espírito Santo. 1998. (Monografia). Departamento de Comunicação Social – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

OLIVEIRA, F. A persistência da noção de ato inseguro e a construção da culpa: os discursos sobre os acidentes de trabalho em uma indústria metalúrgica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 32, n. 115, p. 19-27, 2007.

OSÓRIO, C.; MACHADO, J. M. H.; MINAYO-GOMEZ, C. Proposição de um método de análise coletiva dos acidentes de trabalho no hospital. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 517-524, mar./abr. 2005.

SATO, L. Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”. In: TRINDADE, Z. A.; ANDRADE, A. N. (Org.). **Psicologia e saúde**: um campo em construção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SELIGMANN-SILVA, E. Desemprego e psicopatologia da recessão. In: BORGES, L. H.; MOULIN, M. G. B.; ARAÚJO, M. D. (Org.) **Organização do trabalho e saúde**: múltiplas relações. Vitória: Editora EDUFES/CCNH, 2001. p. 219-254.

SELIGMANN-SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Cortez Editora, 1994.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 11. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2006.

TORRES, W. C. O Conceito de morte em crianças portadoras de doenças crônicas. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, v. 18, n. 2, p. 221-229, maio/ago. 2002.

VÍCTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. N. A. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WALDVOGEL, B. C. Vidas roubadas no exercício do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3, set. 1999.

WÜNSCH-FILHO, V. Reestruturação produtiva e acidentes de trabalho no Brasil: estrutura e tendências. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./mar. 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de questões norteadoras

Tema norteador principal:

1. Qual o impacto do acidente de trabalho na sua vida?

Questões a serem investigadas a partir do tema norteador principal:

1. Como era o trabalho do seu marido/filho?
2. Como ocorreu o acidente? Por que você acha que isso aconteceu?
3. Como você recebeu a notícia da morte do seu filho/marido?
4. Como você e sua família estão superando a perda do seu marido/filho? Como estão enfrentando/enfrentaram essa perda?
5. Que mudanças você percebe que ocorreram na sua vida e na da sua família após o acidente do seu marido/filho?
6. Como o acidente afetou as outras pessoas da família? E as crianças?
7. Quem mais o ajudou naquela época? E agora?
9. Como ficou a questão econômica? Vocês recebem pensão ou algum benefício? A quem recorreram?
10. Você percebeu alguma alteração na sua saúde ou na de alguém sua família após a morte do seu marido/filho? Qual?
11. Como você se sente hoje em relação ao acidente? (triste, conformada, revoltada, nervosa...)
12. Como as pessoas da família se sentem hoje em relação ao acidente? (tristes, conformados, revoltados, nervosos...)

APÊNDICE B – Documento de parceria firmada com o SINDIMÁRMORE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Ao Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Extração e Beneficiamento do Mármore, Granito e Calcário do Espírito Santo – SINDIMÁRMORE

Eu, Ana Beatryce Tedesco Moraes, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade do Espírito Santo, sou responsável pelo projeto de pesquisa de mestrado: “Trabalho, vida e morte no setor de rochas ornamentais: impactos psicossociais do acidente de trabalho fatal para as famílias”, cujo objetivo é analisar os aspectos psicossociais dos acidentes de trabalho fatais para as famílias, ocorridos em 2008, no setor de mármore e granito no Estado do Espírito Santo.

Este projeto é orientado pela Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Barbosa Moulin, professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e professora colaboradora do PPGP, que também coordena o Projeto de Iniciação Científica: “Levantamento de acidentes fatais ocorridos em 2008 no setor de rochas ornamentais no Estado do Espírito Santo”, que conta com minha participação e a de duas alunas da graduação do Curso de Psicologia. As informações deste projeto auxiliarão a realização da referida pesquisa de mestrado.

Em virtude do interesse do SINDIMÁRMORE nos resultados que serão gerados pelas referidas pesquisas, vimos estabelecer uma parceria em que o sindicato se compromete a fornecer informações sobre o setor, em especial sobre os acidentes de trabalho e apoio logístico na localização das famílias.

Em contrapartida, comprometo-me a apresentar os resultados das pesquisas, estando à disposição para esclarecer dúvidas a qualquer tempo. Esclareço que os dados só podem ser divulgados após a conclusão do estudo, garantindo o sigilo dos participantes, conforme preconiza o Comitê de Ética em Pesquisa.

Entendemos que tais resultados são importantes não só para a academia, mas para oferecer ao sindicato e ao Poder Público informações que auxiliarão no desenvolvimento de ações voltadas para a prevenção dos acidentes e para apoio às famílias daqueles já acidentados.

Ana Beatryce Tedesco Moraes (Mestranda do PPGP – UFES)

Maria das Graças Barbosa Moulin (Orientadora)

Agnaldo José Grillo (Presidente do SINDIMÁRMORE)

Jair Alves de Miranda (Diretor de Saúde do SINDIMÁRMORE)

Cachoeiro de Itapemirim, _____ de _____ de 2010.

APÊNDICE C – Informações sobre as entrevistas

	Familiares entrevistados	Composição familiar	Versão da família sobre o acidente
Família 1	Esposa	Esposa	Vítima retornava do trabalho de bicicleta à noite e foi atropelada por caminhão
Família 2	Esposa	Esposa e 1 filha	Choque elétrico quando vítima “esvaziava” poço
Família 3	Mãe e pai	Esposa e 1 filho	Vítima foi atingida por chapa de rocha
Família 4	Esposa	Esposa e 3 filhos	Máquina em que a vítima trabalhava foi atingida por uma pedra
Família 5	Esposa	Esposa e 2 filhas	Explosão com dinamite
Família 6	Esposa	Esposa e 3 filhos	Máquina sem freio perdeu a direção
Família 7	Esposa	Esposa e 2 filhos	Vítima foi atingida por chapa de rocha
Família 8	Mãe e irmã	Mãe e 8 irmãos	Explosão com dinamite

APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “Trabalho, vida e morte no setor de rochas ornamentais: aspectos psicossociais do acidente de trabalho fatal para as famílias”. Você foi escolhido por ter ocorrido um acidente de trabalho fatal em sua família em 2008.

Com o seu depoimento e o de outras famílias, pretendemos analisar os efeitos que o acidente de trabalho teve na vida de vocês. Dessa forma, esperamos melhorar as políticas de assistência ao trabalhador e, principalmente, contribuir para que os acidentes de trabalho não ocorram mais.

Não há riscos na sua participação nesta pesquisa. As entrevistas serão gravadas e os dados que serão divulgados não permitirão sua identificação.

Você tem total liberdade de interromper sua participação se assim desejar.

Você receberá uma cópia deste termo e pode entrar em contato com o pesquisador principal para tirar suas dúvidas sobre o projeto pelos telefones: (27)3335-2505 e (27)8116-2226 e no endereço: Av. Fernando Ferrari s/n, Campus Goiabeiras, Vitória, ES (Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento – UFES).

A realização da entrevista terá início somente depois da leitura deste termo e esclarecimentos de dúvidas e após seu consentimento mediante assinatura.

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Participante

Ana Beatryce Tedesco Moraes
Coordenadora da Pesquisa

